

EDITORIAL

O Curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário lança a edição da revista eletrônica mensal *Vitrine da Conjuntura* referente a maio de 2019. O presente número traz, além das partes permanentes, expressas no Panorama Econômico e Indicadores, quatro artigos a respeito do clima político e econômico nacional.

O primeiro deles, amparado em informações quantitativas e qualitativas relativas a março e abril de 2019, descreve a condição de dramaticidade do mercado de trabalho brasileiro e a nova onda de enfraquecimento da confiança dos agentes sociais.

A segunda contribuição avalia as principais travas impostas ao crescimento econômico do país desde 2011, que foram aprofundadas com o ciclo recessivo de 2014-2016 e mantidas durante a etapa de estagnação vivida desde 2017.

O terceiro texto discute as evidências de inclinações populistas do presidente Bolsonaro, envolvendo a instituição do décimo-terceiro salário para os beneficiários do programa Bolsa Família e a interferência no reajuste do preço do óleo diesel.

Por fim, a quarta incursão busca interpretar o salto verificado na inflação brasileira no mês de março de 2019, ainda associado a fatores transitórios que devem desaparecer se o governo não cometer nenhuma grande estripulia.

Excelente leitura a todos.

Ótimo 2019.

Paz e Bem.

Gilmar Mendes Lourenço

Editor.

FLUTUAÇÕES CÍCLICAS DO EMPREGO E CONFIANÇA

Gilmar Mendes Lourenço

Os traços de autêntica apatia apresentados pela economia nacional desde o começo de 2017, quando a recessão amargada entre 2014 e 2016 foi considerada encerrada, revelam-se de maneira mais dramática no mercado de trabalho, que consubstancia o presente, e na confiança privada, referência de futuro.

De fato, a geração de empregos com carteira assinada e o retrato estatístico do conjunto da dinâmica de ocupações, observados em março de 2019, caíram como uma “ducha de água fria” sobre a cabeça das triunfalistas autoridades de Brasília e daqueles otimistas de plantão hospedados nos chamados “mercados”, confirmando a condição de paralisia dos negócios, o que serve de chancela à nova onda de deterioração da confiança dos agentes.

Começando pela curva do emprego, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o país eliminou 43,2 mil vagas líquidas (contratações menos desligamentos) formais neste mês, representando a pior performance desde março de 2017, quando foram fechados 63,6 mil postos.

Os segmentos que derrubaram a fração laboral foram comércio e construção civil, com demissões líquidas de 28,8 mil e 7,8 mil, respectivamente, atestando a natureza democrática da atual estagnação econômica, que vem comprimindo o consumo privado e os investimentos.

Em idêntico sentido, a taxa de desocupação, estimada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pulou de 11,6%, entre outubro e dezembro de 2018, para 12,7%, no primeiro trimestre de 2019, totalizando 13,4 milhões de pessoas desempregadas a procura de trabalho. Se forem acrescentados os desalentados ou com jornada insuficiente chega-se ao recorde de 25,0% da população economicamente ativa (PEA), o que equivale a 28,3 milhões de brasileiros.

Passando ao terreno das expectativas, levantamento da Confederação Nacional do Comércio (CNC) mostra que a intenção de consumo das famílias, depois de ingressar em rota ascendente desde o final de 2018 e chegar a 98,5 pontos, em fevereiro de 2019, caiu para 98,1 pontos, em março, e despencou para 96,2 pontos, em abril. Lembre-se que o parâmetro varia entre zero e duzentos pontos e sinaliza situação satisfatória quando acima de cem pontos.

Na mesma linha, o Índice de Expectativa do Consumidor (INEC), medido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que flutua entre zero e cem pontos, recuou de 49,8 pontos, em dezembro de 2018, para 48,4 pontos em abril de 2019, permitindo o delineamento de cenários pessimistas em curto prazo. Ainda assim, o INEC encontra-se acima da média história de 46,1 pontos.

Na órbita empresarial, segundo a CNI, o índice de confiança do empresário industrial (ICEI) amargou a terceira queda seguida em abril de 2019, recuando para 58,4 pontos (possui difusão entre zero e cem pontos), sendo que o indicador não ficava abaixo dos 60,0 pontos desde outubro de 2018, com a perspectiva de vitória eleitoral da plataforma ortodoxa.

Ainda conforme a CNI e o Ibope, em abril de 2019, 45,0% dos brasileiros acreditam que o restante do governo Bolsonaro será ótimo ou bom, contra 64,0%, em dezembro de 2018. As apurações do Ibope também demonstram que a aprovação do governo, ou agregação dos conceitos ótimo e bom, captados nas entrevistas com as pessoas, decresceu de 49,0%, em janeiro de 2019, para 39,0%, em fevereiro, e 34,0%, em março, com branda subida para 35,0%, em abril.

Feitos os indispensáveis reparos comparativos, em face dos distintos climas político e econômico, se forem consideradas as etapas introdutórias das várias administrações, a atual vem perdendo em avaliação para a de Collor (45,0%, em maio de 1990, depois do confisco de ativos financeiros), Fernando Henrique Cardoso (FHC, 41,0%, em março de 1995, apesar dos efeitos da crise financeira dos emergentes), Lula (51,0%, em março de 2003, e 49,0%, em março de 2007), e Dilma (56,0%, em março de 2011).

A aprovação de Bolsonaro é igual, na margem de erro, a de Itamar Franco (34,0%, em janeiro de 1993), e suplanta os scores conquistados por FHC e Dilma, no começo do segundo mandato, quando aqueles obtiveram popularidade de 22,0% (FHC), em março de 1999, em decorrência dos impactos da implantação do câmbio flutuante, e 12,0% (Rousseff, em março de 2015), derivada da percepção do estelionato eleitoral e dos desdobramentos das pedaladas fiscais.

Messias também suplanta a popularidade de Temer, 13,0%, em junho de 2016, explicada pela persistência das incertezas após o impeachment de Dilma, apesar da adoção de estratégia macroeconômica “feijão com arroz” ou conservadora, desejada pelos mercados, centrada em onze cortes consecutivos das taxas de juros primários, entre 2016 e 2018, oportunistas pelo abrandamento das pressões inflacionárias, acoplado ao cenário global virtuoso e aos recordes na produção de grãos no país.

Nesse particular, pesaram, de um lado, a multiplicação das mensagens de orquestração de um golpe para a derrubada da chefe de estado, propagadas pelos seguidores do ex-presidente Lula, e, de outro, o natural processo de substituição pelo vice-presidente, figura exponencial do PMDB, agremiação integrante da aliança hegemônica de poder desde 2003 e, por consequência, com participação ativa nos diversos esquemas de corrupção investigados no âmbito da operação Lava Jato.

Aos apressadinhos em argumentar que a fragilidade identificada na dinâmica de ocupações deriva da insegurança criada pelos obstáculos enfrentados pela reforma da previdência, erguidos pela sociedade e pelo legislativo, cumpre advertir que, embora necessárias, as modificações no aparato de aposentadorias e pensões servirão, na melhor das hipóteses, para evitar que o estado, em suas três instâncias (união, estados e municípios), quebre, ou, em outros termos, serão fundamentais para a inversão das apostas negativas quanto à solvência das finanças públicas.

A firme retomada do crescimento econômico depende de ampla e profunda reforma tributária e da restauração da competitividade infraestrutural do país.

Logo, a efetivação de uma firme retomada do crescimento, amparada na impulsão do investimento e do contingente empregado, depende de ampla e profunda reforma tributária e da edificação de mecanismos capazes de induzir a restauração da competitividade dos principais segmentos de infraestrutura.

A ativação dos projetos infraestruturais poderia ocorrer por meio da formulação e execução de um programa de concessões, privatizações e parcerias público-privadas, menos subordinados às tratativas legislativas e dotados de regras transparentes e estáveis, suficientes para promover retornos crescentes de escala e arregimentação de poupança interna e externa.

A propósito disso, simulações preparadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), colocam o Brasil em 9º lugar em geração de poupança, em 2018, num elenco formado por dez estados sul-americanos. Com taxa de poupança de 14,6% do produto interno bruto (PIB), o país estaria melhor apenas que a Venezuela (13,1% do PIB). A nação estaria em larga desvantagem, por exemplo, em relação ao Paraguai (24,7%), Equador (20,3%) e Chile (19,5%).

Seria ocioso mencionar que as demais alavancas expansivas permanecem rigorosamente emperradas. Essa apreciável limitação decorre da tendência de desaceleração do comércio global e, em consequência, do decréscimo das cotações dos produtos primários e semielaborados.

Há também a interferência da intensificação do encolhimento da demanda interna, provocado pela contração das despesas públicas, diante da inadiável necessidade de escape da condição de dominância fiscal, e retração do consumo das famílias, imputada ao encarecimento do crédito e elevação da inadimplência e pauperização do mercado laboral, composta pela subida do desemprego, informalidade e exercício de atividades temporárias e retração da massa de rendimentos.

A DINÂMICA ECONÔMICA DISFUNCIONAL DO BRASIL

Gilmar Mendes Lourenço

Depois de atravessar uma etapa expansiva entre 2003 e 2010, quando o produto interno bruto (PIB) cresceu 4,0% ao ano, fruto predominantemente do bônus global das commodities e da maturação plena das mudanças estruturais (abertura comercial, desregulamentação, privatizações e lei de responsabilidade fiscal) e da retaguarda de proteção social (valorização do salário mínimo e ações de transferência de renda), plantadas na década de 1990, o sistema de transações brasileiro passou a amargar desempenho medíocre, rotulado pelos economistas por “dinâmica disfuncional” ou, em linguagem corrente, “comportamento travado”.

Trata-se de drástico recuo da performance que deverá oportunizar variação do PIB de apenas 0,7% a.a., no intervalo 2011-2019, e conformar o quarto decênio perdido consecutivo, desde as fases do milagre econômico e do bloco de investimentos estruturantes do II Plano Nacional de Desenvolvimento dos anos 1970, ocasião em que a nação completou a inserção no ciclo da segunda revolução industrial do mundo capitalista.

Só a título de exemplo, a participação da indústria de transformação na composição do PIB brasileiro caiu de 26,0%, em 1995, para 17,8%, em 2004, 15,0%, em 2010, e 11,3%, em 2018, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também conforme o IBGE, a taxa de investimento despencou de 20,9% do PIB, em 2013, para 15,8% do PIB, em 2018.

O mais gritante é que os segmentos industriais portadores de elevado conteúdo *tecnológico* (*microeletrônico*, máquinas e equipamentos, químico, automobilístico e farmacêutico), que são a expressão do poder de inovação de uma nação, registraram decréscimo de contribuição no PIB de 10,0%, nos anos 1980, para menos de 6,0%, em 2018.

Esses fenômenos desfavoráveis podem ser imputados a um conjunto nada desprezível de incongruências macroeconômicas sintetizadas na aplicação, a partir de 2011, da conhecida nova matriz econômica, dominada por dois vetores de natureza patológica.

O primeiro deles compreendeu a concessão de subsídios tributários e créditos a corporações de grande porte, preferidas do rei e da rainha, consideradas campeãs nacionais pelos critérios de concessão de haveres de terceiros, utilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Dentre os agraciados com vultosas somas subsidiadas figuravam os grupos empresariais JBS (dos irmãos Batista), EBX (Eike Batista) e Odebrecht, identificados como “ícones do mau” nas investigações da operação Lava Jato.

O segundo eixo reuniu a interferência oficial na precificação de itens administrados, especialmente energia elétrica e combustíveis, além dos juros e da taxa de *câmbio*, sob a justificativa de inevitável obtenção de sintonia fina entre controle da inflação e crescimento econômico firme, que não se concretizou.

A par disso, o aparelhamento partidário das estruturas de poder propiciou a magnificação da organização e prática de verdadeiros assaltos à peça orçamentária, mascarados por pedaladas fiscais - englobando o suporte financeiro de programas do executivo por bancos oficiais e a autorização presidencial de decretos de suplementação orçamentária, sem conhecimento do congresso nacional - e ao caixa das companhias controladas pelo estado.

Isso colaborou decisivamente para a enorme compressão dos investimentos em infraestrutura econômica e social, realizados diretamente pelo governo ou concessionados à iniciativa privada, e, por extensão, a drástica contração da confiança dos agentes na restauração da capacidade de impulsão do aparelho produtivo em médio e longo prazo.

Por tais motivos, a nação contabilizou a mais profunda, abrangente e prolongada recessão da história republicana, com declínio de 8,5% do PIB, entre abril de 2014 e dezembro de 2016, e a mais vagarosa recuperação já aferida por estatísticas oficiais, resumida em acréscimo de 2,2% da grandeza macro, no biênio 2017-2018. A renda per capita estaria 9,0% abaixo do pico alcançado há dezenove trimestres, no princípio de 2014.

Na verdade, as apostas de *rápido resgate do potencial de crescimento*, *ensejadas* pelo impeachment da presidente, em 2016, não se confirmaram, em razão de que, apesar de beneficiado pela trajetória inflacionária cadente, sustentada no cenário internacional benigno e recordes de produção agrícola, e a deflagração de rodadas de corte do juro básico pelo Banco Central, que chegou, em maio de 2018, ao piso histórico, o novo chefe de estado não conseguiu escapar da

As apostas de rápido resgate do potencial de crescimento, ensejadas pelo impeachment da presidente, em 2016, não se confirmaram.

descoberta de envolvimento pretérito na malversação de recursos públicos, em relações promíscuas com grupos privados, o que o forçou a priorizar a compra de votos para a salvação do mandato e interromper a tramitação das mudanças institucionais, no congresso nacional.

O mais grave, porém, é que a retomada da confiança com a vitória de uma plataforma de centro-direita nas eleições presidenciais de 2018 não somente não chegou ao cotidiano dos níveis de atividade, ainda com elevada ociosidade dos fatores de produção, como foi revertida pela não explicitação, pelo novo governo, de um projeto consistente e concatenado de nação.

Sondagem da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que o parque fabril atuante no território nacional utilizou apenas 74,6% da capacidade instalada, nos três primeiros meses de 2019, contra 81,1%, da média entre 2011-2018. Dos quinze ramos acompanhados, somente dois (farmacêutico e papel e celulose) suplantaram e um (vestuário) igualou o padrão histórico.

Soma-se, ao clima de exacerbação das expectativas negativas, os crescentes entraves da confusa e débil articulação política entre executivo e parlamento, com vistas à tramitação das reformas, especialmente por conta da terceirização da nobre missão de negociação a representantes dotados de reduzida experiência, algo absolutamente incompatível com as peculiaridades do presidencialismo de coalizão brasileiro que, rigorosamente, em seis das sete ocupações do palácio do planalto desde a redemocratização, em 1985, a exceção de Itamar Franco (1992-1994), esteve mais para cooptação.

Nessa perspectiva, enquanto Bolsonaro prossegue com atitudes de emprego de disfarces, centrado na feitura de caretas para a antiga política, o staff negociador, liderado pelo ministro da casa civil, Onyx Lorenzoni, esforça-se para a edificação da base para as votações importantes no legislativo, por meio da feitura do “serviço sujo”, começando com a oferta de recursos para emendas parlamentares extras, além daquelas obrigatórias.

AS ESCORREGADAS POPULISTAS DE BOLSONARO

Gilmar Mendes Lourenço

Em dois episódios recentes, intimamente ligados, a postura do presidente da república, Jair Bolsonaro, determinada por pressões oriundas de movimentos organizados e do abrupto declínio da aprovação popular ao novo governo, assemelhou-se às inclinações intervencionistas e populistas, praticadas durante os treze anos de gestão do partido dos trabalhadores (PT), bastante criticadas pelo atual gestor do país, tanto em sua atuação parlamentar quanto na campanha eleitoral de 2018.

O primeiro evento compreendeu a criação do décimo terceiro salário para os beneficiários do programa Bolsa Família (BF). A despeito de ser considerada a principal iniciativa oficial de transferência de renda já adotada no Brasil, focada na diminuição da pobreza, a estratégia jamais chegou a constituir uma política de estado por, deliberadamente, não incorporar, de forma plena e consistente, providências voltadas à impulsão do bem estar da coletividade.

Mais precisamente, enquanto a porta de entrada, permanentemente aberta, propiciou constante ampliação do público favorecido, a não organização de mecanismos de saída, expressos na disponibilização de cursos dirigidos à capacitação de mão de obra, notadamente dos chefes das famílias assistidas, e na oferta de ensino de qualidade aos filhos, impediu o abrandamento da subordinação direta da população a ações de solidariedade e o reforço do espírito de cidadania.

Em não sendo isso feito, edificou-se a dependência crônica da benesse, presa a objetivos meramente eleitorais, fazendo com que, em parcela expressiva dos municípios brasileiros mais pobres, especialmente os situados na região nordeste, a dinâmica econômica fosse ancorada quase que exclusivamente nos haveres alocados pelo programa. Não por acaso, aquele espaço geográfico rendeu apenas 30,0% dos votos validos, ao candidato vencedor, em segundo turno, contra 70,0% ao oponente, apoiado na soberania exercida pelo eleitorado cativo do BF.

*Em não raras ocasiões,
no cargo de deputado
federal, Bolsonaro
proferiu discursos
inflamados contra o
programa Bolsa Família.*

Por essa ordem de interpretação, convém lembrar que, em não raras ocasiões, no cargo de deputado federal, o atual chefe de estado proferiu discursos inflamados contra o programa, sublinhando sua *íntima* associação à compra de votos para perpetuação do grupo dominante no poder.

A mudança de posição, materializada na decisão de adição da vantagem do 13º ao BF, decorreu, essencialmente, da necessidade de cumprimento de promessa de campanha - formulada em resposta à acusação que extinguiria a vantagem -, em um momento em que a escalada do desemprego e da inflação de alimentos, vem prejudicando sobremaneira a vida das pessoas localizadas no piso da pirâmide social.

O segundo acontecimento repousou na determinação à Petrobrás - sem consulta ou comunicação prévia ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que estava nos Estados Unidos, participando de encontro no Fundo Monetário Internacional (FMI) - de suspensão do reajuste de 5,7% no preço do óleo diesel nas refinarias, previsto para 12 de abril de 2019, o primeiro desde março, quando foi definido o descolamento temporário da correção de valores de comercialização do combustível do transporte rodoviário da política de atualização baseada na paridade internacional, ou da flutuação da cotação do petróleo (que subiu 30,0% em 2019) ajustada à variação da taxa de câmbio, com carência de quinze dias.

A ameaça de nova paralisação dos caminhoneiros, que pleiteiam a não ocorrência de adequações de preços em tempo inferior a trinta dias, e, por consequência, de reprise do desconforto provocado pela greve acontecida em fins de maio de 2018, levou o presidente a questionar o aumento, cotejando-o com a inflação anual pouco superior a 4,0%, e ao cometimento da ingerência, justificada de pronto e de maneira grotesca, pelo chairman da estatal, como a incorporação de “novos cálculos e considerações técnicas”.

Embora seja absolutamente legítima a busca de alternativas ao reajuste diário dos preços dos combustíveis, de maneira a facilitar o planejamento e a fixação de margens no escoamento de produtos agropecuários e industriais, a precipitação e carência de critérios na deliberação ensejaram apostas de regresso do artificialismo na precificação setorial, o que provocou contração de R\$ 32,0 bilhões no valor de mercado da companhia pública, em um único dia, o que, se persistir, deve prejudicar a arregimentação de investidores e a celebração de alianças estratégicas.

Nesse caso, o despreparo e o raciocínio superficial e aloprado do mandatário da nação, comprovadamente não convertido à agenda liberal, impediu o levantamento de pressuposições plausíveis para a formação de nova matriz de preços da cadeia de negócios, amparadas, por exemplo, na compressão da cunha tributária e em esforços para alargamento da concorrência e minimização das barreiras impostas pelo monopólio da produção, oligopólio da distribuição e cartel das vendas no varejo.

Recorde-se que, antes disso, Bolsonaro havia recomendado à *Petrobrás* a participação em leilão de licitação para a realização de inversões na produção de óleo e gás em Israel, item ausente da programação estratégica de longo prazo da empresa.

A BARRIGA INFLACIONÁRIA DE MARÇO DE 2019

Gilmar Mendes Lourenço

Depois dos resultados frustrantes revelados pelo nível produção e negócios do setor industrial e de nova impulsão nova impulsão do endividamento e inadimplência dos consumidores, imputada à majoração dos juros, e do desemprego, neste começo de ano, a espiral de preços voltou a exibir a sua faceta perversa no mês de março.

A propósito do preço do dinheiro para empréstimos e financiamentos, algumas modalidades como cheque especial e cartão de crédito custam mais 300,0% ao ano para os tomadores. Logo, não é *acidental* o fato de que, conforme o Banco Central (BC), o lucro líquido dos bancos atuantes no Brasil atingiu R\$ 98,5 bilhões em 2018, cifra recorde da série histórica iniciada em 1994.

A elevação do índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), calculado pelo IBGE para faixa de renda familiar entre um quarenta salários mínimos (SM), foi 0,75%, puxada pelos combustíveis – com a nova recaída de reajustes liderados pela Petrobrás, preocupada exclusivamente com a rentabilidade das cadeias de produção e comercialização, atrelada, sem explicações convincentes, ao dólar e as cotações internacionais – e a subida dos valores de comercialização dos alimentos, imputada ao excesso de chuvas e à ascensão da demanda e preços globais.

Foi a maior variação para o mês desde 2015. Naquela ocasião houve acréscimo de 1,32%, consequência da farra fiscal, patrocinada pela gestão de Dilma Rousseff, e da descompressão das tarifas administradas e do câmbio, promovida pelo titular da fazenda, Joaquim Levy, para a obtenção do rearranjo da estrutura de preços relativos, desajustada durante o intervencionismo populista reinante entre 2011 e 2015.

O indicador acumulado em doze meses passou de 3,89, em fevereiro de 2019, para 4,58%, em março de 2019, suplantando o centro da meta de inflação, fixada em 4,25% ao ano pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), para o presente exercício. No caso do índice nacional de preços ao consumidor (INPC), também aferido pelo IBGE para a extensão entre um e cinco SM, o salto foi de 3,94% para 4,67%, em igual referência comparativa.

Tal fenômeno colaborou para a intensificação da corrosão do poder de compra da população menos favorecida, em um momento particularmente dramático, marcado por elevada e crescente desocupação da mão de obra. São 13,1 milhões de desempregados, 9,9 milhões de subutilizados e 4,9 milhões de desalentados, ou aqueles que simplesmente desistiram de disputar colocações no mercado de trabalho, de acordo com o IBGE.

Foi um deslocamento transitório da inflação, com diminutas chances de representar descontrole na dinâmica da formação de preços, nos próximos meses.

Decerto que se trata de um deslocamento transitório da inflação, com diminutas chances de representar descontrole na dinâmica da formação de preços, nos próximos meses, em face da enorme ociosidade dos fatores de produção e, por extensão, a condição de encolhimento da demanda doméstica de bens e serviços, as principais marcas do processo de estagnação da economia nacional desde o princípio de 2017.

O Informe Conjuntural da Confederação Nacional da Indústria (CNI), referente ao primeiro trimestre de 2019, captou acentuado recuo nas previsões de expansão da economia brasileira para o corrente ano, que passaram de 2,7%, em dezembro de 2018, para 2,0%, em abril de 2019. Para a indústria, a correção da projeção de crescimento foi maior, diminuindo de 3,0% para 1,0%, em idêntico intervalo.

Porém, ainda que pontual e localizado, o repique da curva inflacionária não deixa de constituir um alerta, ou mesmo um recado, às autoridades econômicas, reforçando a premência da perseguição de derrubada das expectativas negativas e a necessidade de atenção ao conjunto do sistema econômico e não apenas os alvos de árduas negociações com o congresso nacional, expressas nas reformas institucionais.

Até porque, não há dúvidas de que enquanto o governo Bolsonaro, em especial o ministro da Economia, Paulo Guedes, vem se dedicando a uma verdadeira cruzada de convencimento de agentes políticos e adesão dos expoentes do meio empresarial, a respeito da natureza estratégica da reforma da previdência, por suposto essencial à restauração da

saúde fiscal do Estado e à retomada do crescimento, os indicadores do funcionamento da economia real permanecem emitindo sinais preocupantes.

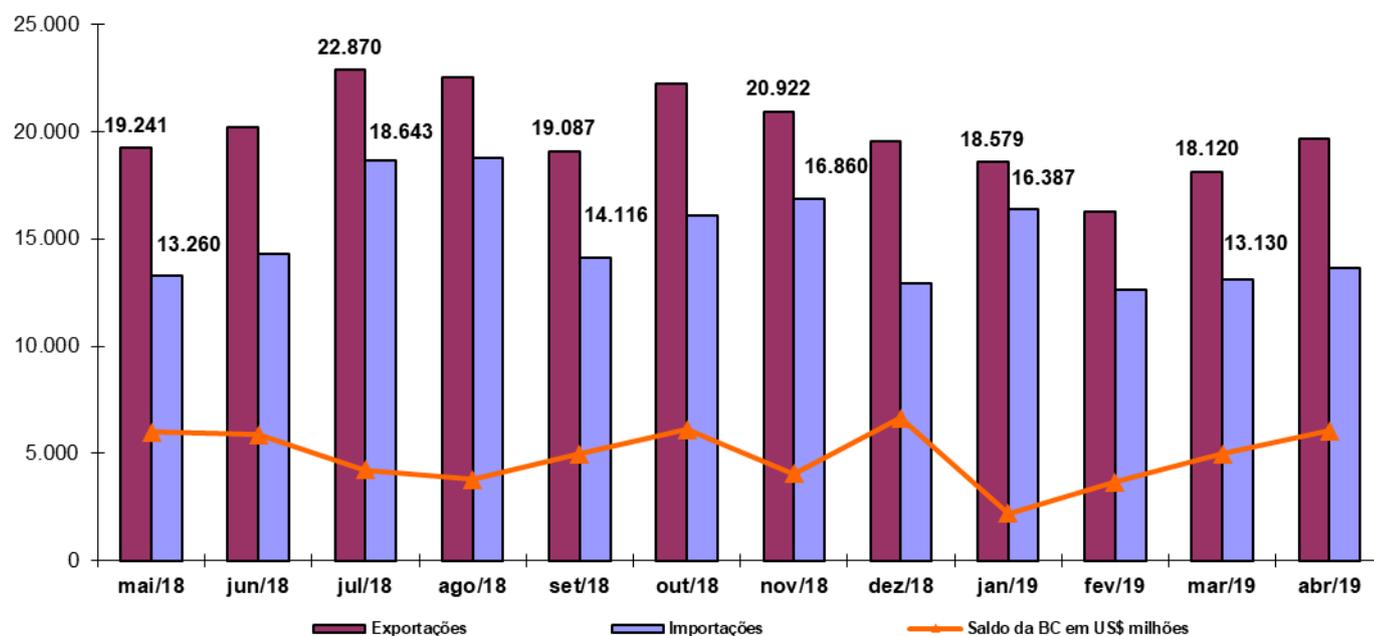
Mais que isso, o alcance, eficácia e, sobretudo, efeito redistributivo das propostas de alterações encaminhadas pelo executivo ao legislativo, ou mesmo hierarquização de prioridades, ainda não foram suficientemente esclarecidos à *porção da população atingida*.

Aliás, o conteúdo conhecido traz fontes de preocupações, na medida em que cerca de 84,0% da economia de gastos de R\$ 1,07 trilhão, em dez anos, prevista nas modificações previdenciárias, serão extraídos do regime geral da previdência social (RGPS), que abarca os contribuintes privados, e não do regime próprio da previdência social (RPPS), restrito aos servidores públicos.

Por essa ordem de ideias, é forçoso reconhecer que, enquanto a orientação macroeconômica privilegiar o tratamento de aspectos ligados ao atacado em detrimento do varejo, fortemente dependente de decisões que possam contribuir para a multiplicação do ânimo e dos ganhos de eficiência da microeconomia e a geração de oportunidades, as chamadas de abalo dos fundamentos da estabilização, notadamente dos patamares de inflação, estarão permanentemente acesas.

Comércio Internacional.**Balança Comercial Mensal (Abril/2019) – MDIC****Fato**

Em abril de 2018, a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 6,06 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 19,69 bilhões e *importações* de US\$ 13,63 bilhões. A *corrente do comércio* atingiu US\$ 33,32 bilhões, no mês e US\$ 128,11 bilhões, no ano. O *superávit comercial* acumulado no ano é de US\$ 16,58 bilhões.



Fonte: MDIC

Causa

Utilizando o critério da média diária, com relação ao mês anterior, as *exportações* apresentaram recuo de 2,0%, e as *importações* de 6,1%. Pelo mesmo critério, na comparação com abril de 2018, houve queda de 0,1% nas *exportações* e de 1,2% nas *importações*. No acumulado no ano, às *exportações* recuaram 2,7% sobre igual período de 2018, as *importações*, 0,08% e a *corrente do comércio* 1,9%.

Em abril de 2019, na comparação com igual mês do ano anterior, as *exportações* de produtos *semimanufaturados* cresceram 7,1%, as de *básicos*, 2,1% e as de produtos *manufaturados*, 0,8%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Hong Kong e Macau, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Chile. Pelo lado das importações, houve recuo de 10,0% em *bens de capital*, 6,6% em *bens de consumo* e 0,2% em *bens intermediários*. Por outro lado, houve elevação de 10,4% em *combustíveis e lubrificantes*. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: China, Hong Kong e Macau, Estados Unidos, Argentina, Alemanha e Coréia do Sul.

Na comparação dos valores acumulados no ano, frente à igual período do ano anterior, houve queda de 7,3%, nas *exportações* de produtos *manufaturados*, 1,1% nos produtos *semimanufaturados* e crescimento de 5,8%, nos *básicos*. Nesta comparação o principal destino das exportações foram China, Hong Kong e Macau, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Alemanha.

Pelo lado das *importações*, também no acumulado do ano, ocorreu expansão de 2,4% nas compras de *bens de capital*, 1,6% nos *bens intermediários*. Por outro lado, ocorreu retração de 10,4% nos *combustíveis e lubrificantes* e de 4,9% nos *bens de consumo*. Os principais países de origem das importações foram: China, Hong Kong e Macau, Estados Unidos, Argentina, Alemanha e Coréia do Sul.

Consequências

O *saldo comercial* vem apresentando bom desempenho, mas está abaixo do *recorde comercial* de 2017 e dos valores do ano anterior.

Atividade

Produção Industrial Mensal (Fevereiro/2019) – IBGE

Fato

Em fevereiro, a *produção industrial* cresceu 0,7% com relação ao mês anterior. Frente a fevereiro de 2018, houve crescimento de 2,0% e no acumulado dos últimos doze meses o avanço foi de 0,5%.

Causa

Na comparação com o mês anterior, os *bens de capital* registraram o avanço mais intenso, 4,6%, impulsionado pela maior produção de *caminhões*, seguido por *bens de consumo duráveis*, 3,7%, com a maior influência vindo de *automóveis*. Os *bens de consumo semi e não-duráveis* também cresceram, 0,7%. A única queda foi no setor de *bens intermediários* 0,8%.

Com relação a fevereiro de 2018, a *produção industrial* apresentou as maiores elevações em *bens de consumo duráveis*, 12,2% e *bens de capital* 7,0%. O segmento de *bens de consumo semi e não-duráveis* cresceu 3,2% e nesta comparação a única queda também foi em *bens intermediários* 0,4%.



Fonte: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

Consequência

Apesar do crescimento na comparação com o mês anterior, a *produção industrial* segue em patamar baixo, devendo alguma recuperação ocorrer nas próximas apurações.

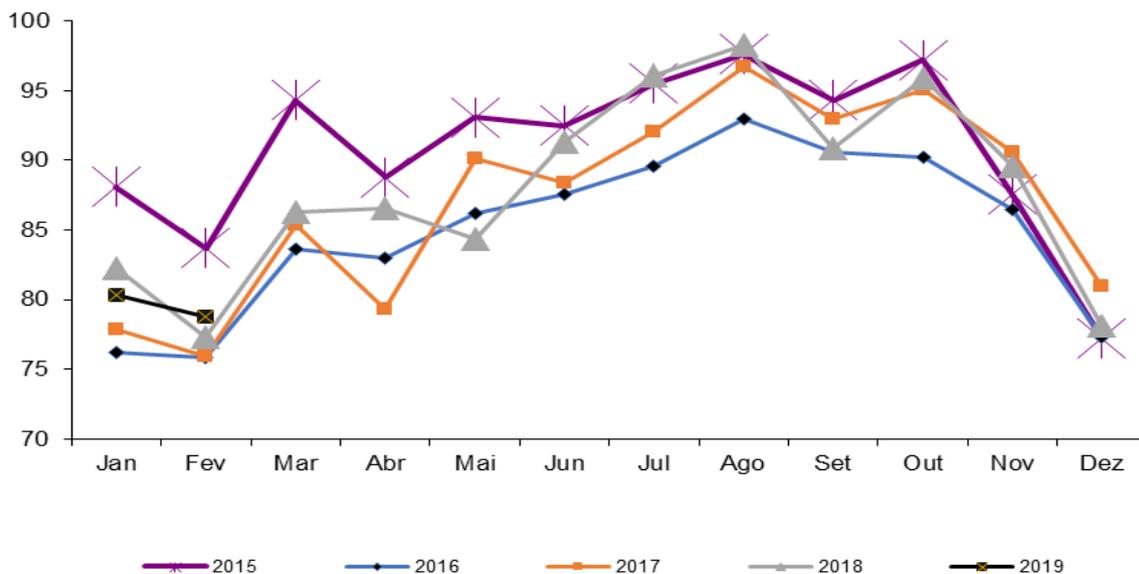
Atividade

Pesquisa Industrial - Regional – Brasil (Fevereiro/2019) - IBGE

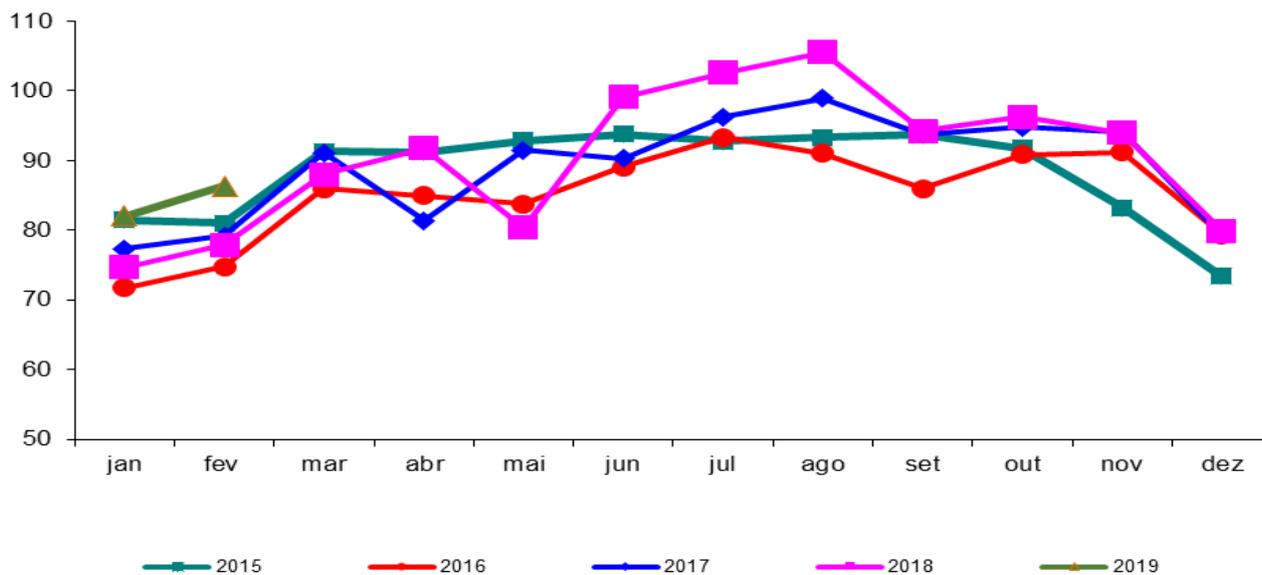
Fato

Entre janeiro e fevereiro, a *produção industrial* cresceu em nove dos quinze locais pesquisados e na comparação com fevereiro de 2018, dez das quinze regiões pesquisadas registraram variação positiva. No acumulado dos últimos doze meses, oito dos quinze locais apresentaram avanço. No **Paraná** a *produção industrial* apresentou crescimento de 1,1%, frente ao mês anterior. Na comparação com fevereiro de 2018, houve avanço de 10,8% e no acumulado em doze meses avanço de 3,4%.

Produção Industrial BRASIL



Produção Industrial PARANÁ



Fonte: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

Causa

Na comparação com o mês anterior os locais que registraram maior avanço foram: Bahia, Região Nordeste e Pernambuco. Por outro lado, as quedas mais acentuadas foram no Espírito Santo e Minas Gerais. Na comparação com fevereiro de 2018, os maiores crescimentos foram no Pará e **Paraná**. Os principais recuos foram registrados no Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

No **Estado do Paraná**, na comparação com o mesmo mês no ano anterior, das treze atividades pesquisadas, oito registraram avanço. Os maiores impactos positivos vieram *veículos automotores, reboques e carrocerias, produtos alimentícios e máquinas e equipamentos*. Por outro lado, os principais impactos negativos vieram de *produtos de madeira e outros produtos químicos*.

Consequência

Frente ao mesmo mês do ano anterior a indústria paranaense demonstrou forte recuperação, assim como taxas positivas nas demais comparações. Para os próximos meses tanto em termos locais como nacionais é esperado continuidade na lenta trajetória de recuperação.

Atividade

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre encerrado em março/2019) – IBGE

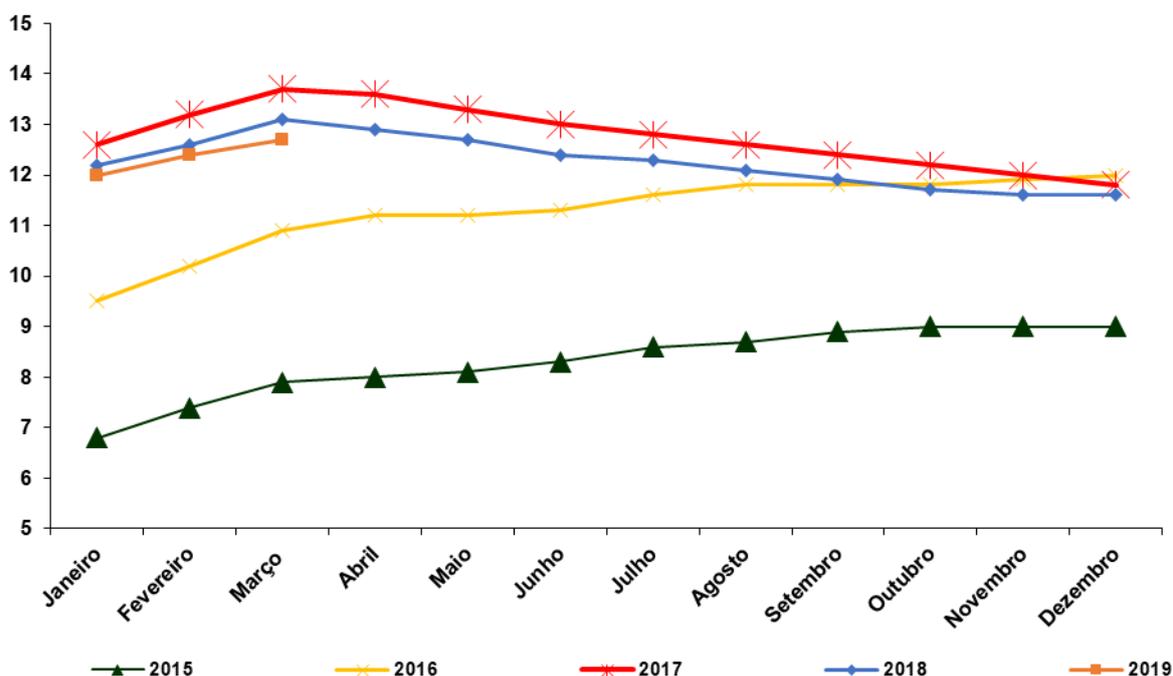
Fato

A **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** apontou, para o trimestre encerrado em março, taxa de desocupação de 12,7%, com crescimento de 1,1 p.p. frente ao trimestre encerrado em dezembro de 2018 e recuo de 0,4 p.p. na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. A taxa de *subutilização da força de trabalho* fechou em 25%, recorde da série histórica iniciada em 2012, tendo crescimento de 1,2 p.p. em relação ao trimestre anterior e 0,4 p.p. no confronto com o mesmo trimestre do ano anterior. O *rendimento médio real habitualmente recebido* ficou em R\$ 2.291, com estabilidade em ambas as comparações.

Causa

O número de empregados no setor privado com carteira assinada foi de 32,9 milhões de pessoas, ficando estável em ambas as comparações. Já o número de empregados sem carteira assinada, 11,1 milhões, caiu 3,2% em relação ao trimestre anterior e subiu 4,4% comparado ao mesmo trimestre de 2018.

A categoria dos trabalhadores por conta própria, 23,8 milhões ficou estável em relação ao trimestre anterior e cresceu 3,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.



Consequência

A taxa de desemprego ainda segue em patamar elevado, inexistindo sinalizações para melhora intensa nos próximos meses.

Atividade

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Março/2019) – IBGE

Previsão da Safra de Grãos

Fato

Em março, a estimativa da safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas, estimou uma produção de 230,1 milhões de toneladas, 1,6% superior à safra de 2018 e 0,6 %, acima da previsão de fevereiro.

Causa

Com relação à produção de 2018, as três principais culturas, arroz, milho e soja que juntos representam 93,1% do total da produção nacional, deverão registrar recuo de 4,5% para a soja e de 10,6% para o arroz por outro lado ocorreu avanço de 11,9% para o milho.

O levantamento sistemático da produção agrícola registrou variação positiva para treze dos trinta e dois produtos analisados: algodão herbáceo em caroço, amendoim em casca 1ª safra, banana, batata-inglesa 1ª e 2ª safras, café em grão – canephora, cana-de-açúcar, feijão em grão 2ª safra, girassol, mamona em baga, mandioca, milho em grão 2ª safra e tomate.

Em sentido contrário, deverão apresentar redução na quantidade produzida: amendoim em casca 2ª safra, arroz em casca, aveia em grão, batata-inglesa 3ª safra, cacau em amêndoa, café em grão – arábica, castanha de caju, centeio, cevada em grão, feijão em grão 1ª e 3ª safras, fumo, laranja, milho em grão 1ª safra, soja em grão, sorgo em grão, trigo em grão, triticale em grão e uva.

Regionalmente, a produção de *cereais, leguminosas e oleaginosas* está assim distribuída: Centro-Oeste, 44,9%, Sul, 33,5%, Sudeste, 9,5%, Nordeste, 8,2% e Norte, 3,9%. O Estado do Mato Grosso do Sul, mantém a posição de liderança na produção nacional de grãos, com participação de 27,0%, seguido pelo **Estado do Paraná**, com 15,9%.

Consequência

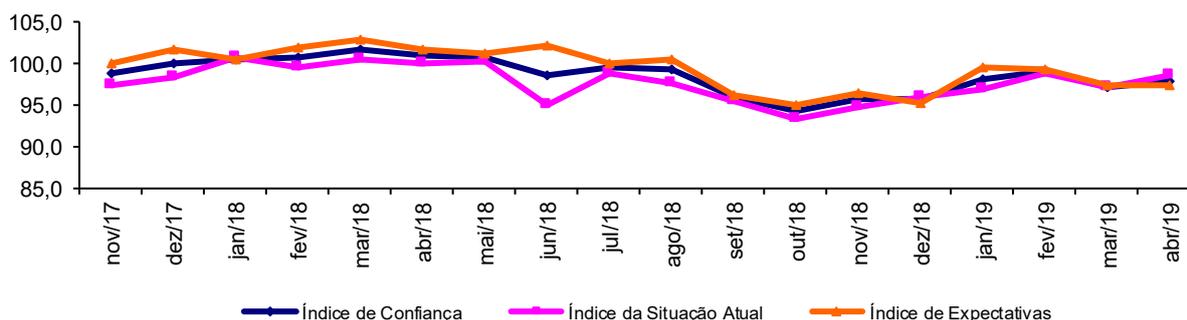
De acordo com *prognóstico das áreas plantadas*, realizado pelo **IBGE** em março, a *safr*a de grãos em 2019 será superior a de 2018. Estando, entretanto, condicionado ao regime de chuvas em áreas importantes para a *produção nacional*, que pode alterar este cenário.

Atividade

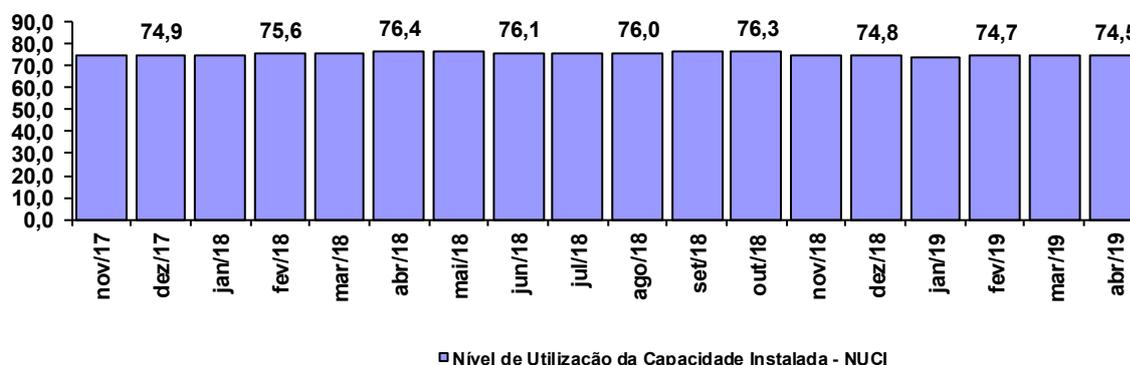
ICI – Índice de Confiança da Indústria - Sondagem da Indústria (Abril/2019) – FGV

Fato

Na passagem de março para abril, o *Índice de Confiança da Indústria de Transformação - ICI* registrou avanço de 0,7 ponto, passando de 97,2 para 97,9 pontos, com crescimento de 1,4 ponto no Índice da *Situação Atual – ISA*, chegando a 98,5 pontos e de estabilidade no *Índice das Expectativas – IE*, mantendo-se em 97,4 pontos. O *Nível de Utilização da Capacidade Instalada – NUCI* diminuiu 0,2 p.p., atingindo 74,5%.



Fonte: FGV



Fonte: FGV

Causa

No *ISA* o principal quesito que contribuiu para a queda foi o que mede a *situação atual dos negócios* que subiu 2,7 pontos, com a parcela das empresas que avaliam a situação como *boa* crescendo 0,6 p.p. atingindo 15,1% e a das empresas que avaliam como *fraca* diminuindo 4,6 p.p. chegando à 17,5%. Com relação às expectativas, houve alta do indicador que prevê a *tendência da produção nos três meses seguintes* e queda nos indicadores de *emprego* e *tendência dos negócios*.

Consequências

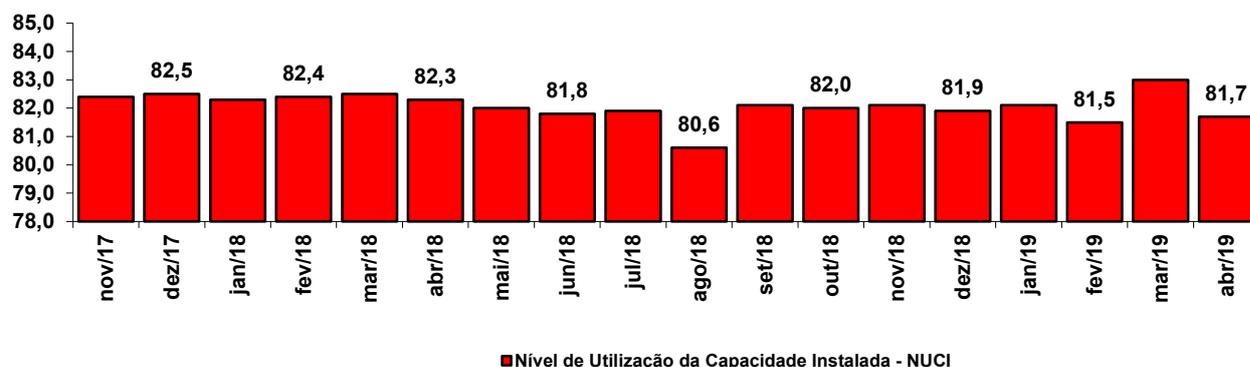
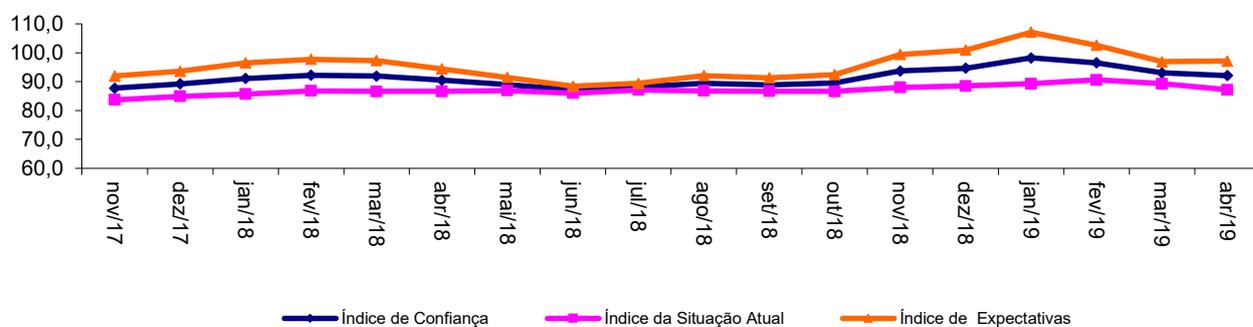
O aumento no mês é decorrente de melhor avaliação com relação à situação atual, embora o ritmo de recuperação continue lento. Para os próximos meses a expectativa é de continuidade nesta trajetória.

Atividade

ICS – Índice de Confiança de Serviços - Sondagem de Serviços (Abril/2019) – FGV

Fato

Em abril, o *Índice de Confiança de Serviços - ICS* caiu 0,9 ponto na comparação com o mês anterior, passando 93,0 para 92,1 pontos. O Índice da *Situação Atual – ISA* diminuiu 2,1 pontos passando de 89,3 para 87,2 pontos e o *Índice de Expectativas – IE* teve breve avanço de 0,2 ponto atingindo 97,1 pontos.



Fonte: FGV

Causa

No *ISA*, destacaram-se as avaliações mais pessimistas sobre o *volume de demanda atual* que recuou 2,6 pontos para 86,6 pontos. Nas *expectativas*, houve avanço de 0,8 ponto, no indicador de *demanda prevista nos próximos três meses*, atingindo 95,7 pontos.

Consequência

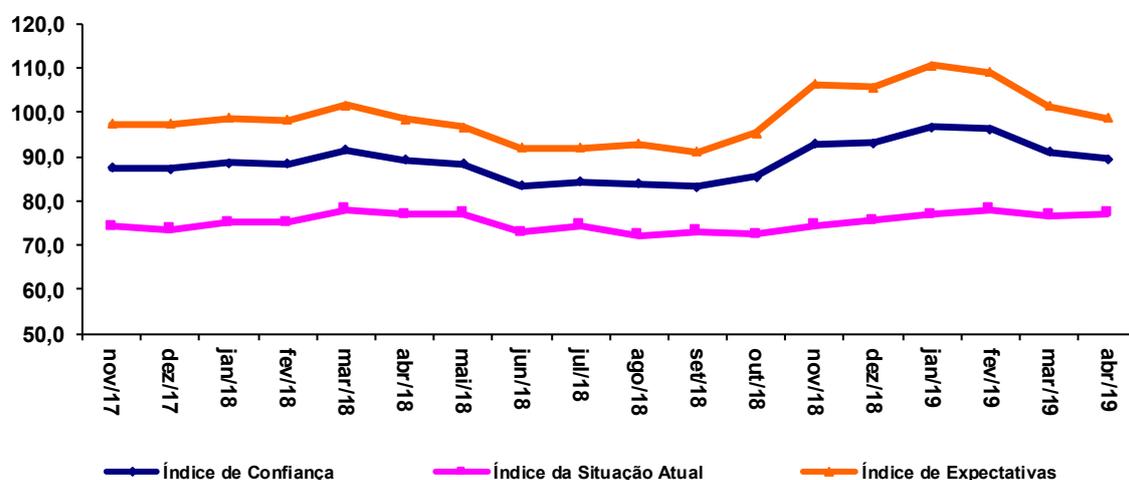
A terceira queda mensal consecutiva fez com que a média móvel trimestral recuasse 2,0 pontos. Para os próximos meses a expectativa é de retomada na trajetória de recuperação.

Atividade

ICC – Índice de Confiança do Consumidor – Sondagem do Consumidor (Abril/2019) – FGV

Fato

Entre os meses de março e abril, o *ICC* recuou 1,5 ponto chegando a 89,5 pontos. O índice da *Situação Atual* aumentou 0,5 ponto, passando de 76,6 para 77,1 pontos e o *Índice das Expectativas* caiu de 2,7 pontos, atingindo 98,7 pontos.



Fonte: FGV

Causa

O indicador que mede a *situação financeira futura* teve a maior contribuição negativa, com queda de 4,1 pontos, atingindo 96,8 pontos, o menor desde outubro de 2018. No que tange ao momento presente, o indicador que mede o *grau de satisfação com as finanças familiares* subiu 2,3 pontos, para 72,6 pontos.

Consequência

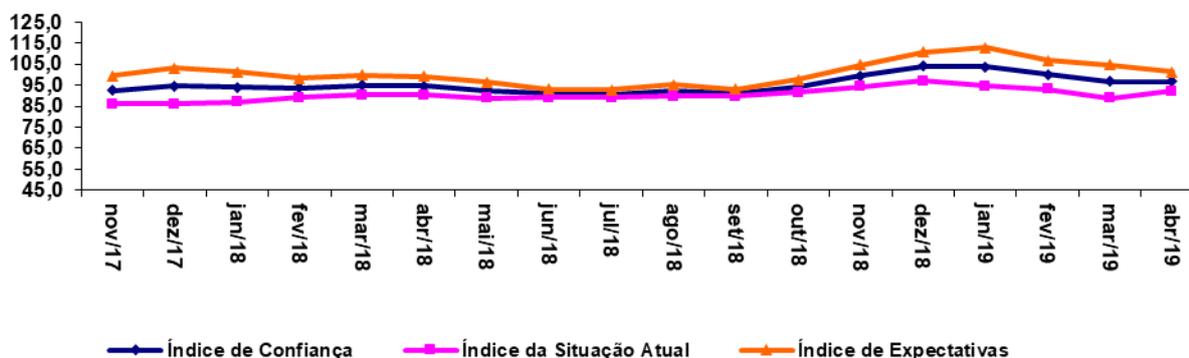
A queda nos últimos três meses registra uma reavaliação com relação às *expectativas dos consumidores* que caminhava em uma tendência crescente, caracterizando uma *perspectiva de pessimismo moderado*.

Atividade

ICom – Índice de Confiança do Comércio - Sondagem do Comércio (Abril/2019) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança do Comércio - ICom* ficou estável em abril em 96,8 pontos, mantendo-se como o menor desde outubro de 2018. O *Índice da Situação Atual - ISA* subiu 3,3 pontos, chegando a 92,3 pontos e o *Índice de Expectativas - IE* recuou 3,2 pontos, atingindo 101,4 pontos.



Fonte: FGV

Causa

A estabilidade do **ICOM** ocorreu devido a melhor percepção dos empresários com relação ao momento *presente* e pela piora das *expectativas*. Nas médias móveis trimestrais foi registrada a segunda queda, influenciada tanto pela revenda de *bens duráveis* quanto de *não duráveis*.

Consequência

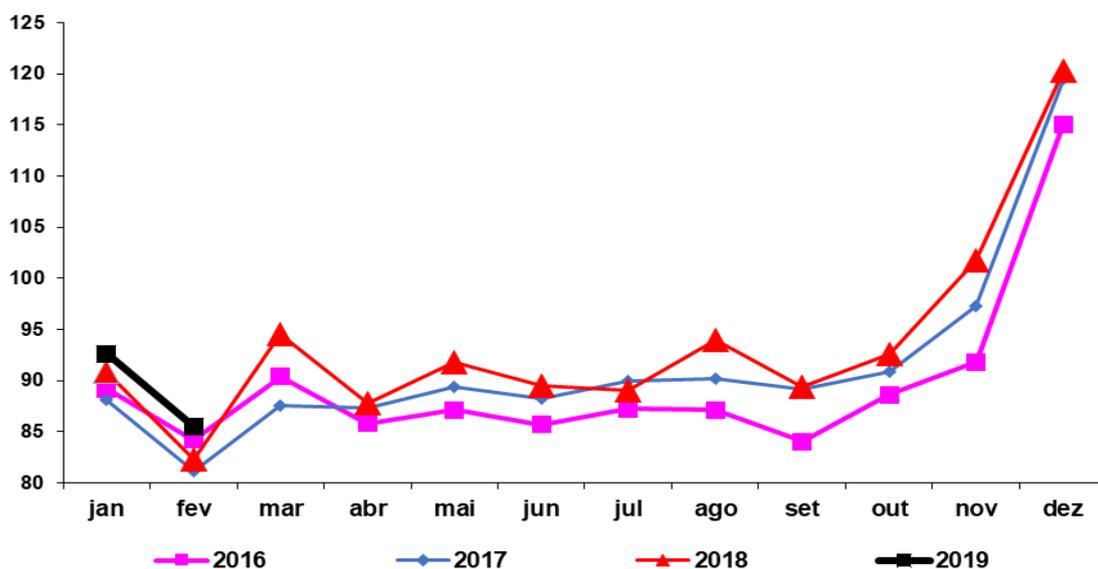
O resultado sugere que os *empresários do comércio* seguem revendo suas expectativas para o ano. Devendo nos próximos meses ser retomada a recuperação, porém sem grande intensidade.

Atividade

Pesquisa Mensal do Comércio (Fevereiro/2019) – IBGE

Fato

No mês de fevereiro, o *volume de vendas do comércio varejista* não apresentou variação e a *receita nominal* avançou de 0,3%. Nas demais comparações, sem ajustamento, as taxas para o *volume de vendas* foram de avanço de 3,9% sobre fevereiro de 2018 e de 2,3% no acumulado em doze meses. A *receita nominal* obteve taxas de 7,5% com relação à igual mês de 2018 e 5,4% no acumulado em doze meses. Considerando o *comércio varejista ampliado*, no *volume de vendas* as variações foram: negativo 0,8% frente a janeiro e positivos 7,7% frente a fevereiro de 2018 e 4,9% no acumulado em doze meses. Na *receita nominal* houve queda de 0,5% frente ao mês anterior, crescimento de 10,4% na comparação com fevereiro de 2018 e de 7,3% no acumulado em doze meses.



Fonte: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

Causa

No confronto com fevereiro de 2018, as atividades do varejo que tiveram maior impacto positivo no volume de vendas foram: *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 10,7%, *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, 10,1%, *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 1,5%, *Tecidos, vestuário e calçados*, 10,7%, *Combustíveis e Lubrificantes*, 3,0%, *Móveis e eletrodomésticos*, 2,7% e *Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação*, 2,9%. Por outro lado, a maior queda foi em *Livros, jornais, revistas e papelaria*, com queda de 24,3%, décimo nono recuo consecutivo.

No comércio varejista ampliado, *Veículos, motos, partes e peças*, tiveram crescimento de 19,4% e *Material de construção* 9,3%.

Consequência

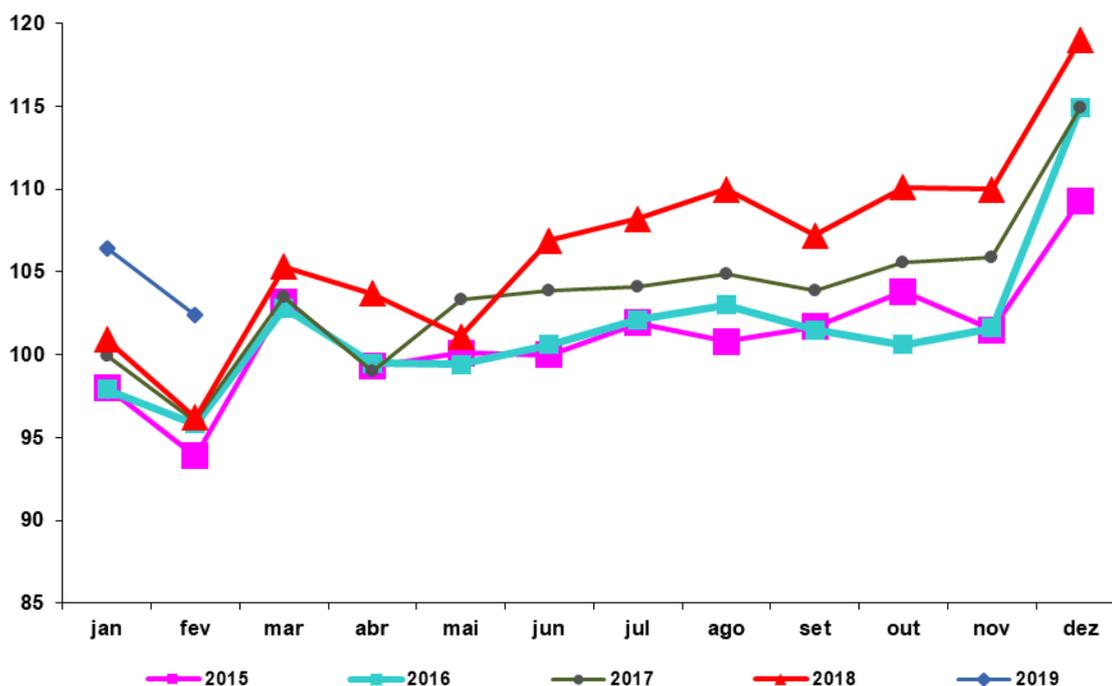
A atividade do comércio varejista segue em lenta recuperação. Para os próximos períodos é esperada continuidade nesta trajetória.

Atividade

Pesquisa Mensal de Serviços (Fevereiro/2019) – IBGE

Fato

No mês de fevereiro frente a janeiro o volume de serviços caiu 0,4% e a receita nominal também caiu 0,4%. Com relação a igual mês do ano anterior, o volume de serviços avançou 3,8% e a receita nominal dos serviços 6,5%. No acumulado em doze meses a taxa do volume de serviços ficou em 0,7% e a receita nominal 3,6%.



Fonte: IBGE

Índice de receita nominal de serviços (Base: Média de 2011 = 100) (Número índice)

Causa

No confronto com fevereiro de 2018, todas as cinco atividades de divulgação apresentaram resultados positivos, *Serviços de Informação e Comunicação*, 6,2%, *Transportes, Serviços Auxiliares, dos Transportes e Correio*, 2,4%. *Serviços Prestados às Famílias*, 4,3%, *Outros Serviços*, 5,3% e *Serviços profissionais, administrativos e complementares*, 1,6%. O volume de *atividades turísticas*. O índice de *Atividades Turísticas* caiu 4,8% frente ao mês anterior e cresceu 5,0% frente a fevereiro de 2018.

Consequência

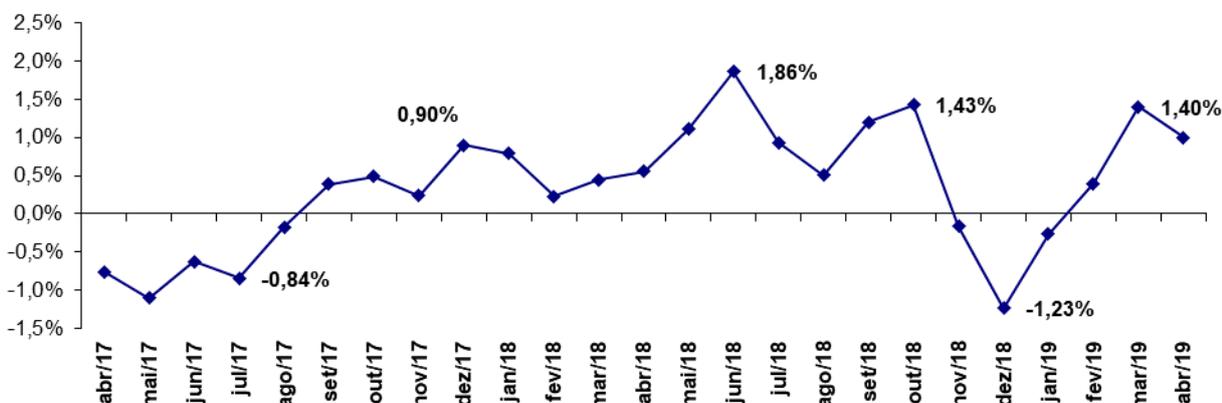
De maneira semelhante a outros setores da economia o *setor de serviços* segue em lenta trajetória de recuperação, apresentando oscilações ao longo dos meses.

Inflação

IGP-10 (Abril/2019) – FGV

Fato

O IGP-10 registrou variação de 1,00% em abril, diminuindo 0,40 p.p. com relação a março. No acumulado em doze meses a variação é de 8,46%.



Fonte: FGV

Causa

No mês de abril, dentre os componentes do IGP, o IPA, diminuiu a taxa de variação em 0,74 p.p., apresentando variação de 1,19%, neste, ocorreu recuo em *Matérias-Primas Brutas*, 2,07 p.p., com variação de 1,53%, contribuíram para a menor variação do grupo: *minério de ferro, milho e laranja*. Os *Bens Intermediários* tiveram acréscimo de 0,08 p.p., com destaque para *materiais e componentes para a manufatura*. Os *Bens Finais* recuaram 0,49 p.p., consequência da menor variação no subgrupo *alimentos in natura*.

O IPC teve aceleração de 0,25 p.p., com o grupo *Transportes* sendo o principal responsável pelo aquecimento do índice, neste grupo destacou-se o item *gasolina*. Os grupos *Vestuário, Habitação, Educação, Leitura e Recreação, Despesas Diversas, Comunicação e Saúde e Cuidados Pessoais*, também apresentaram elevação no índice de preços. O INCC teve aquecimento de 0,28 p.p., com maior variação em *Materiais Equipamentos e Serviços* e em *Mão de Obra*.

Consequência

Apesar do recuo no mês, o índice segue em patamar elevado. Para os próximos meses a expectativa é de continuidade no arrefecimento.

Inflação

IGP-M (Abril/2019) – FGV

Fato

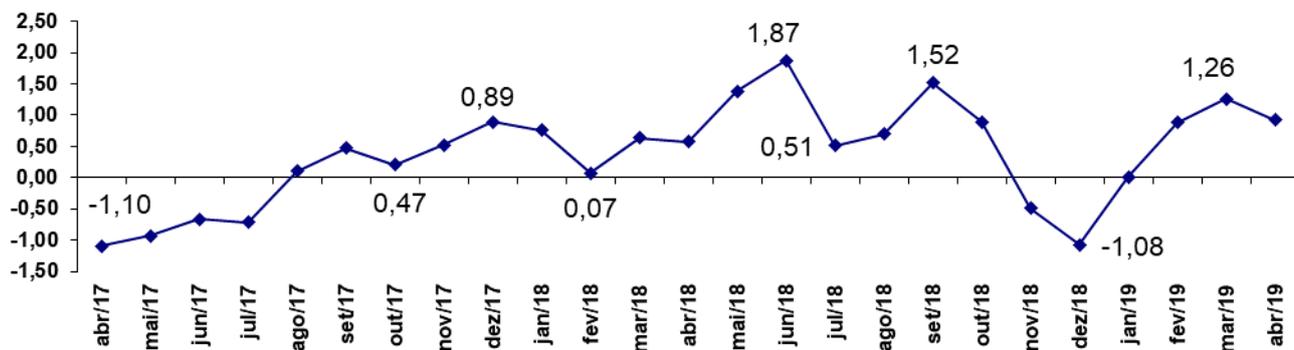
O IGP-M variou 0,92% em abril, 0,34 p.p. abaixo da variação de março. No ano o resultado acumulado é de 3,10% e em doze meses, 8,64%.

Causa

Dos índices que compõe o IGP-M, o IPA, que responde por 60% na composição do índice, registrou desaceleração de 0,60 p.p., com destaque para as *Matérias-Primas Brutas* que recuaram 0,76 p.p., com variação de 1,57%, principalmente em decorrência da queda nos preços de *milho, soja e laranja*. Os *Bens Finais* tiveram variação 0,68 p.p. menor, como

consequência do decréscimo no preço dos *alimentos in natura*. Os *Bens Intermediários* tiveram desaceleração de 0,40 p.p., decorrente principalmente da menor variação dos preços dos *combustíveis e lubrificantes para a produção*.

O **IPC** apresentou aceleração de 0,11 p.p., principalmente devido à maior variação em *Transportes*, como consequência do *item gasolina*. Outros grupos também apresentaram aquecimento nos preços: *Vestuário, Saúde e Cuidados Pessoais, Despesas Diversas, Habitação e Educação, Leitura e Recreação*. O **INCC** apresentou aceleração de 0,30 p.p., com avanço em *Materiais, Equipamentos e Serviços* e em *Mão de Obra*.



Fonte: FGV

Consequências

Apesar da queda no mês, o **IGP-M** segue em patamar elevado que deverá ter influência nos *preços ao consumidor* nos próximos períodos.

Inflação

IGP-DI (Março/2019) – FGV

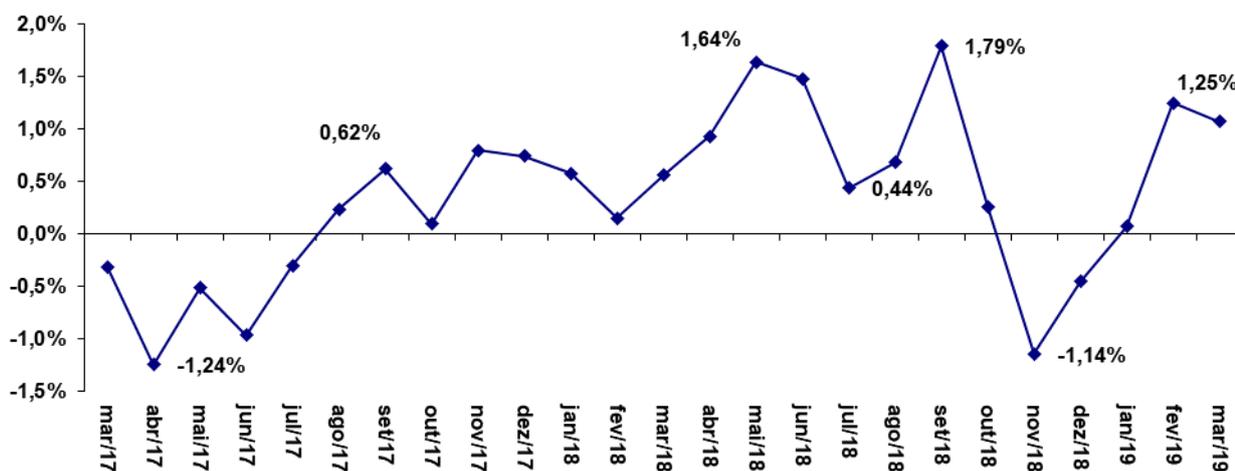
Fato

O **Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna - IGP-DI** registrou variação de 1,07% em março, desacelerando 0,18 p.p. frente ao mês anterior. Nos últimos doze meses, o índice acumula alta de 8,27%.

Causa

Na composição do **IGP-DI**, o **IPA** recuou sua taxa de variação em 0,44 p.p., atingindo 1,35%. As *Matérias-Primas Brutas* tiveram a maior desaceleração 2,10 p.p., com destaque para a menor variação em *minério de ferro, leite in natura e milho*. Os *Bens finais* tiveram variação 0,07 p.p. menor que no mês anterior, sendo o principal responsável por este movimento *alimentos in natura*. Os *Bens Intermediários* registraram variação 0,52 p.p. maior, decorrente da aceleração em *materiais e componentes para a manufatura*.

O **IPC** apresentou aceleração no mês, 0,30 p.p., com maior variação em *Transportes, Educação, Leitura e Recreação, Alimentação, Vestuário e Comunicação*. Por outro lado, apresentaram variação menor: *Habitação, Saúde e Cuidados Pessoais e Despesas Diversas*. O **INCC** registrou aceleração de 0,22 p.p., com avanço em *Materiais e Equipamentos, 0,54 p.p.* e em *Mão de Obra, 0,08 p.p.* e recuo em *Serviços, 0,12 p.p.*



Fonte: FGV

Consequência

Após três avanços consecutivos, o **IGP-DI** voltou a apresentar desaceleração. Para os próximos períodos é esperada retomada na trajetória de queda.

Inflação

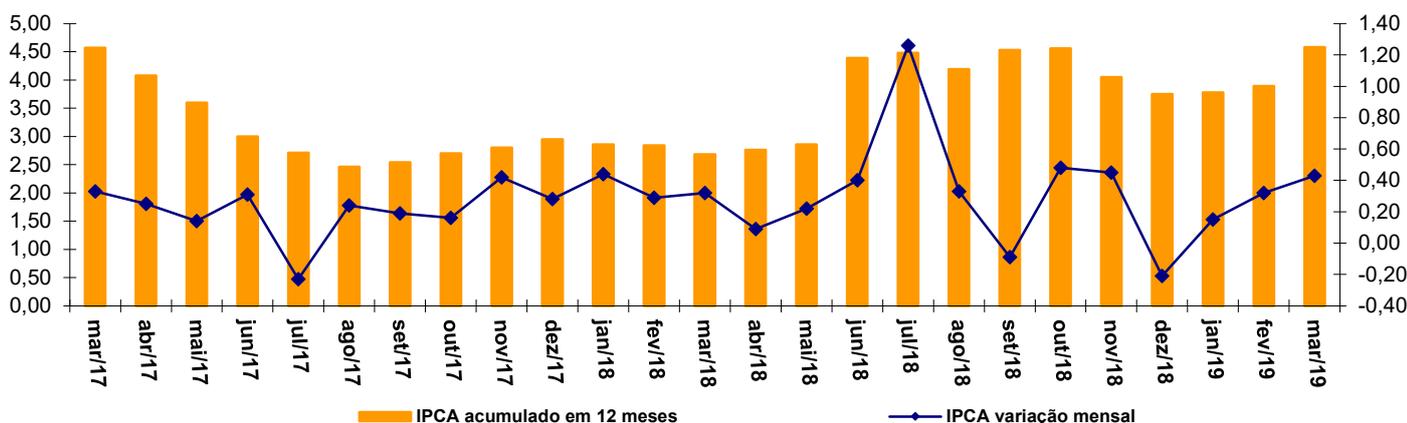
IPCA (Março/2019) – IBGE

Fato

O **IPCA** variou 0,75% em março, 0,32 p.p. acima da variação de fevereiro, o maior índice para um mês de março desde 2015. O índice acumulado em doze meses é de 4,58%, acima dos doze meses imediatamente anteriores, 3,89%. No ano, o acumulado ficou em 1,51%. Em **Curitiba** a variação foi de 0,83%, 0,65 p.p. acima da variação do mês anterior. No ano a variação está em 1,05% e em doze meses, 3,99%.

Causa

No mês, o **IPCA** sofreu forte influência dos grupos *Alimentação e Bebidas*, com variação de 1,37% e *Transportes*, 1,44%. No primeiro grupo o crescimento foi motivado pelo item *alimentos para consumo no domicílio*, com alta de 2,07% e destaque para *batata-inglesa*, *feijão-carioca* e *frutas*. Nos *Transportes*, os *combustíveis* com variação de 3,49% foram os principais responsáveis pela alta. *Comunicação* foi o único grupo que apresentou deflação no mês, 0,22%.



Fonte: IBGE

Consequência

O resultado do **IPCA** apresentou avanço pelo terceiro mês consecutivo, com os valores acumulados ultrapassando o centro da meta para o ano. Para os próximos meses a expectativa é de retorno da trajetória descendente.

Inflação

IPCA - 15 (Abril/2019) – IBGE

Fato

O **IPCA - 15** registrou variação de 0,72% em abril, 0,18 p.p. acima do registrado em março. No ano o acumulado é de 1,91%, e em doze meses 4,71%. Em **Curitiba** a variação foi de 0,80%, 0,46 p.p., superior à de março, acumulando 1,22% no ano e 4,20% em doze meses.

Causa

No mês, o maior avanço foi no grupo *Transportes*, com variação de 1,31% e impacto de 0,24 p.p., influenciado principalmente pelos *combustíveis*, 3,00%, com destaque para *gasolina* 3,22%. O segundo maior impacto no mês veio de *Alimentação e bebidas*, 0,23 p.p. e variação de 0,92%, seguido de *Saúde e Cuidados Pessoais*, 1,13 p.p. de impacto. Apenas o grupo *Comunicação*, apresentou variação negativa, 0,05%.

Consequência

A segunda expressiva alta consecutiva, traz preocupação sobre os valores acumulados e sobre o comportamento futuro da inflação.

Inflação

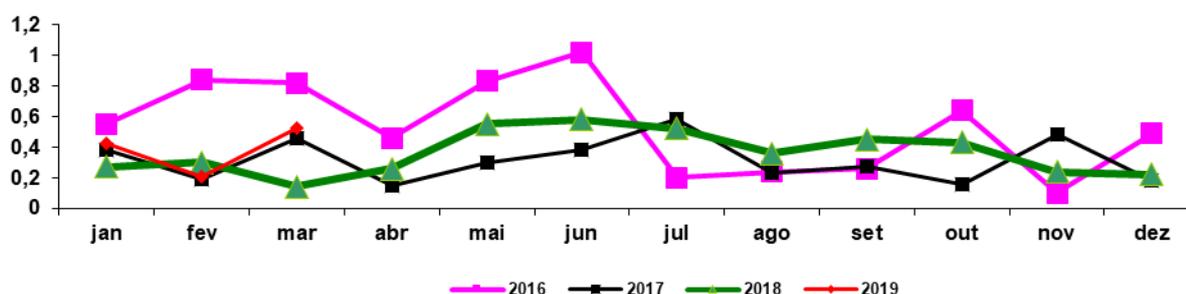
Custos e Índices da Construção Civil (Março/2019) – IBGE - Caixa Econômica Federal

Fato

O **Índice Nacional da Construção Civil** variou 0,52% em março, 0,31 p.p. acima do resultado de fevereiro. Em doze meses, o acumulado é de 4,86%, acima dos 4,47% registrados nos doze meses imediatamente anteriores. O *custo nacional por metro*

quadrado passou de R\$ 1.120,99 em fevereiro, para R\$ 1.126,82 em março sendo R\$ 588,23 relativos aos *materiais* e R\$ 538,59 à *mão-de-obra*.

No Estado do Paraná, as variações foram de 0,92% no mês e 5,97% em doze meses, e o custo médio atingiu R\$ 1.144,64.



Fonte: IBGE e CAIXA

Causa

Na composição do índice a parcela dos *materiais* variou 0,79%, 0,24 p.p. acima do índice de fevereiro, e a componente *mão-de-obra*, avançou 0,38 p.p., registrando variação negativa de 0,23%. No acumulado em doze meses os acumulados foram: 6,30% para *materiais* e 3,36% para *mão-de-obra*. No mês as variações regionais foram: 0,42% na Região Norte, 0,49% na Região Nordeste, 0,57% no Sudeste, 0,10% no Centro-Oeste e 0,82% no Sul. Ainda na verificação regional, os custos foram os seguintes: Sudeste, R\$ 1.177,76, Sul, R\$ 1.172,08, Norte, R\$ 1.129,10, Centro-Oeste, R\$ 1.129,42 e Nordeste R\$ 1.045,73.

Consequência

Os índices da *construção civil* voltaram a apresentar aumento. Para os próximos meses são esperados aquecimentos em decorrência do *dissídio coletivo* em alguns Estados, incluído São Paulo.

Inflação

IPP - Índices de Preço ao Produtor (Março/2019) – IBGE

Fato

O IPP apresentou variação de 1,63% em março, ficando, portanto, superior à variação do mês anterior que foi de 0,45%. No acumulado em 12 meses a variação atingiu 8,98% e no acumulado do ano a variação segue chegou à 1,32%.

Causa

No mês, as quatro maiores variações foram em: *indústrias extrativas, refino de petróleo e produtos de álcool, confecção de artigos do vestuário e acessórios e outros equipamentos de transporte*. Em termos de influência as maiores foram: *refino de petróleo e produtos de álcool, indústrias extrativas, alimentos e metalurgia*.

No acumulado em doze meses, as quatro maiores influências foram em *indústrias extrativas, refino de petróleo e produtos de álcool, outros equipamentos de transporte e fumo*.

Consequência

A *aceleração dos preços* ao produtor ao longo do ano pode se configurar em maiores *pressões inflacionárias* por meio do repasse para os *preços no varejo*.

Operações de Crédito

Nota à Imprensa (Março/2019) - BACEN

Fato

O estoque das *operações de crédito do sistema financeiro* atingiu R\$ 3.267,1 bilhões em março. A relação entre o *crédito total e o PIB* manteve-se estável frente a fevereiro e avançou 0,4 p.p. na comparação com o mesmo mês do ano anterior, chegando à 47,1%. A *taxa média geral de juros das operações de crédito do sistema financeiro*, computadas as operações com *recursos livres e direcionados* atingiu 25,3% a.a., aumentando 0,3 p.p. no mês e recuando 0,8 p.p. na comparação interanual. A *taxa de inadimplência* avançou 0,07 p.p. no mês e recuou 0,32 p.p. em doze meses, situando-se em 2,97%

Causa

O *volume total das operações de crédito* em abril apresentou expansão de 0,7% no mês e 5,7% em doze meses. Os *empréstimos contratados com recursos livres* atingiram R\$ 1.777,2 bilhões, aumentando 1,4% no mês e 11,5% com relação a março de 2018. No segmento de *pessoa jurídica* ocorreu aumento de 10,3% em doze meses e de 1,9% no mês, chegando a R\$ 806,7 bilhões. Os *empréstimos realizados às pessoas físicas* cresceram 0,9% no mês e 12,6% em doze meses, chegando a R\$ 970,5 bilhões, destacando-se no mês, expansões em *operações de crédito pessoal e financiamento de veículos* para as

peças físicas e de desconto de duplicatas e recebíveis, antecipação de faturas de cartão, aquisição de veículos e adiantamentos de contrato de câmbio para pessoas jurídicas.

No crédito direcionado houve estabilidade no mês e recuo de 0,5% em doze meses, chegando a R\$ 1.489,9 bilhões. No mês o desempenho resultou de queda mensal de 0,5% em pessoas jurídicas e avanço de 0,4% nos financiamentos a *peças físicas*. Na comparação interanual, ocorreu queda de 7,7% para *peças jurídicas* e avanço de 5,5% para *peças físicas*.

Nas *taxas médias de juros*, considerando apenas o crédito livre, o custo médio situou-se em 39,0%, com avanço de 0,4 p.p. no mês. Para *peça física* a *taxa média de juros* no crédito livre atingiu 53,7% a.a., com avanço de 0,6 no mês e recuo de 3,6 p.p. em doze meses. Nas *peças jurídicas*, ainda no crédito livre a taxa situou-se em 19,8%, com estabilidade no mês e recuo de 1,4 p.p. no confronto com março de 2018.

A *taxa de inadimplência* relativa a *peças físicas* situou-se em 3,36% e para *peças jurídicas*, 2,48%.

Consequência

No mês houve expansão na concessão de crédito, o que deverá se manter ao longo dos próximos meses, porém sem grande intensidade, decorrente do ritmo de expansão econômica.

Setor Externo

Nota à Imprensa (Março/2019) - BACEN

Fato

Em março, as *transações correntes* apresentaram *déficit* de US\$ 494 milhões. Em março as *reservas internacionais* aumentaram US\$ 5,7 bilhões frente ao mês anterior, totalizando US\$ 384,2 bilhões e a *dívida externa*, em dezembro, somou US\$ 319,4 bilhões.

Causa

O *saldo da conta de transações correntes* acumulando nos últimos doze meses apresenta *déficit* de US\$ 13,7 bilhões, equivalente a 0,73% do **PIB**. No mês, o *déficit* da *conta de serviços* foi de US\$ 2,1 bilhões, com retração de 25,6% comparativamente a março de 2018. A *conta de renda primária* registrou *déficit* de US\$ 3,3 bilhões, os *gastos líquidos com juros* somaram US\$ 1,11 bilhão e as *despesas líquidas de lucros e dividendos* totalizaram US\$ 2,16 bilhões, o primeiro com expansão de 10,7% frente ao mesmo mês do ano anterior e o segundo com queda de 29% na mesma comparação. No mês, os *investimentos diretos no país* totalizaram US\$ 6,8 bilhões, acumulando 88,5 bilhões em doze meses, equivalente a 4,72% do PIB.

Consequência

O *déficit* mensal em *transações correntes* foi causado principalmente pela conta de *renda primária*, mitigada parcialmente pelo *saldo comercial*. Também chamou a atenção o ingresso de US\$ 6,8 bilhões em *investimentos diretos no país* que permanece como principal fonte de financiamento do *balanço de pagamentos*.

Política Fiscal

Nota à Imprensa (Março/2019) - BACEN

Fato

Em março, o *setor público não financeiro* registrou *déficit* de R\$ 18,6 bilhões. Considerando o fluxo de doze meses o acumulado atingiu *resultado negativo* de R\$ 99,31 bilhões (1,43% do PIB). A *dívida líquida do setor público* alcançou R\$ 3.755,1 bilhões (54,2% do PIB), diminuindo 0,3 p.p. como *proporção do PIB* em relação ao mês anterior. No ano a relação avançou 0,1 p.p. A *dívida bruta do governo geral* chegou a R\$ 5,431,0 bilhões, equivalente à 78,4% do PIB. O montante dos *juros apropriados* atingiu R\$ 43,5 bilhões no mês e R\$ 384,5 bilhões em doze meses. O *resultado nominal* registrou *déficit* de R\$ 62,2 bilhões no mês e no acumulado em doze meses o *déficit* atingiu R\$ 483,8 bilhões (6,98% do PIB).

Causa

Na composição do resultado *primário*, o *déficit do Governo Central* atingiu R\$ 20,4 bilhões, por outro lado, os *governos regionais* e as *empresas estatais* tiveram *superávit* de R\$ 1,5 bilhão e R\$ 239 milhões, respectivamente. Com relação à *Dívida Líquida do Setor Público como percentual do PIB*, no ano, a elevação foi consequência da *incorporação de juros nominais*. Em sentido contrário, contribuíram a *desvalorização cambial* o *superávit primário* e o *crescimento do PIB nominal*.

Consequência

Apesar de menos negativa as *contas públicas* seguem apresentando deterioração, sendo premente, para a recuperação econômica, a necessidade de apresentar *resultados fiscais* mais favoráveis nos próximos meses.

EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2019-2023

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2019	1,69	6,43	3,78	4,04
2020	2,60	7,10	3,76	3,95
2021	2,62	7,67	3,80	3,83
2022	2,60	7,74	3,85	3,72
2023	2,53	7,67	3,89	3,70

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 26/04/2019 Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL - MARÇO 2009-2019

ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2009	24,89	-0,72	13,05	0,82	38,04
2010	28,54	-1,17	11,87	0,66	39,91
2011	26,72	-1,12	11,3	0,63	37,53
2012	24,25	-0,97	10,45	0,54	34,26
2013	22,37	-1,15	10,59	0,58	32,4
2014	20,70	-0,96	10,46	0,58	30,78
2015	21,46	-1,96	11,36	0,73	31,58
2016	28,09	-2,69	12,04	0,89	38,34
2017	37,84	-2,75	11,57	0,9	47,56
2018	42,15	-2,69	11,96	0,93	52,36
2019	43,52	-2,71	12,49	0,88	54,18

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC.

Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM CURITIBA – MARÇO/2019

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	CURITIBA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	26.931	71,13	37.863	27,14	99.248	2,14	1.261.177
DESLIGAMENTOS	27.702	71,62	38.680	27,58	100.459	2,12	1.304.373
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	677.256	70,02	967.265	26,01	2.603.794	1,76	38.410.428
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	154.704	72,06	214.681	23,56	656.665	1,88	8.214.037
VARIAÇÃO ABSOLUTA	-771		-817		-1.211		-43.196

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Curitiba em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – MARÇO/2019

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	3.004	7,93	37.863	3,03	99.248	0,24	1.261.177
DESLIGAMENTOS	3.039	7,86	38.680	3,03	100.459	0,23	1.304.373
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	88.517	9,15	967.265	3,4	2.603.794	0,23	38.410.428
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	14.959	6,97	214.681	2,28	656.665	0,18	8.214.037
VARIAÇÃO ABSOLUTA	-35		-817		-1.211		-43.196

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de São José dos Pinhais em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM ARAUCÁRIA – MARÇO/2019

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	ARAUCÁRIA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	1.638	4,33	37.863	1,65	99.248	0,13	1.261.177
DESLIGAMENTOS	1.479	3,82	38.680	1,47	100.459	0,11	1.304.373
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	37.024	3,83	967.265	1,42	2.603.794	0,1	38.410.428
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	5.713	2,66	214.681	0,87	656.665	0,07	8.214.037
VARIAÇÃO ABSOLUTA	159		-817		-1.211		-43.196

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Araucária em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) -MAIO/2018 – ABRIL/2019

DIA	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18	SET/18	OUT/18	NOV/18	DEZ/18	JAN/19	FEV/19	MAR/19	ABR/19
1		77.239,75		79.301,65		78.623,66	88.419,05				94.603,75	96.054,45
2	84.547,09		72.839,74	79.636,69		81.612,28			91.012,31			95.386,76
3	83.288,14		73.667,76	81.434,98	76.192,74	83.273,40		89.820,09	91.564,25			94.491,48
4	83.118,03	78.596,06	74.743,12		74.711,80	82.952,81		88.624,45	91.840,79	98.588,63		96.313,06
5	82.714,43	76.641,72	74.553,06		75.092,27	82.321,52	89.598,16	89.039,80		98.311,20		97.108,17
6		76.117,22	75.010,39	81.050,76	76.416,02		88.668,92	88.846,49		94.635,57	94.216,87	
7		73.851,46		80.346,53			87.714,35	88.115,08	91.699,05	94.405,59	94.340,17	
8	82.956,05	72.942,07		79.151,70		86.083,92	85.620,14		92.031,86	95.343,10	95.364,85	97.369,29
9	84.265,49			78.767,99		86.087,55	85.641,22		93.613,04			96.291,79
10	85.861,20		74.862,38	76.514,36	76.436,36	83.679,12		85.914,71	93.805,93			95.953,45
11	85.220,24	72.307,77	74.398,55		74.656,51	82.921,08		86.419,58	93.658,31	94.412,91	98.026,62	94.754,70
12		72.754,13	75.856,23		75.124,81		85.524,70	86.977,46		96.168,40	97.828,03	92.875,00
13		72.122,14	76.594,36	77.496,46	74.686,68		84.914,11	87.837,59		95.842,40	98.903,88	
14	85.232,18	71.421,19		78.602,12	75.429,10		85.973,06	87.449,51	94.474,13	98.015,09	98.604,67	
15	85.130,42	70.757,73		77.077,50		83.359,77			94.055,72	97.525,91	99.136,74	93.082,97
16	86.536,97		76.652,59	76.818,72		85.717,57	88.515,27		94.393,07			94.333,31
17	83.621,95		78.130,30	76.028,51	76.788,86	85.763,96		86.399,68	95.351,09			93.284,75
18	83.081,88	69.814,74	77.362,64		78.313,97	83.847,12		86.610,50	96.096,75	96.509,89	99.993,92	94.578,26
19		71.394,34	77.486,84		78.168,66	84.219,75	87.900,84	85.673,53		97.659,15	99.588,37	
20		72.123,41	78.571,29	76.327,89	78.116,02			85.269,30		96.544,81	98.041,37	
21	81.815,32	70.074,90		75.180,40	79.444,29		87.268,80	85.697,16	96.009,77	96.932,27	96.729,08	
22	82.738,88	70.640,65		76.902,31		85.596,70	87.477,44		95.103,38	97.885,60	93.735,15	94.588,06
23	80.867,29		77.996,12	75.633,77		85.300,04	86.230,23		96.558,42			95.923,24
24	80.122,31		79.154,99	76.262,24	77.984,19	83.063,56			97.677,19			95.045,43
25	78.897,66	70.952,97	80.218,05		78.630,15	84.083,51				97.239,90	93.662,01	96.552,03
26		71.404,59	79.405,34		78.656,16	85.719,88	85.546,51	85.136,11		97.602,50	95.306,82	96.236,04
27		70.609,01	79.866,11	77.929,69	80.000,09		87.891,18	85.460,21		97.307,31	91.903,40	
28	75.355,84	71.766,53		77.473,18	79.342,43		89.250,83	87.887,27	95.443,88	95.584,35	94.388,940	
29	76.071,97	72.762,52		78.388,84		83.796,71	89.709,57		95.639,33		95.414,55	96.187,75
30	76.753,61		80.275,60	76.404,10		86.885,71	89.504,03		96.996,21			96.353,33
31			79.220,44	76.677,53		87.423,55			97.393,74			
MÍNIMO	75.355,84	69.814,74	72.839,74	75.180,40	74.656,51	78.623,66	84.914,11	85.136,11	91.012,31	94.405,59	91.903,40	94.491,48
MÁXIMO	86.536,97	78.596,06	80.275,60	81.434,98	80.000,09	87.423,55	89.709,57	89.820,09	97.677,19	98.588,63	99.993,92	96.353,33

FONTE: BM&FBovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA).

PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS DEZ/2000–ABR/2019

MÊS/ANO	SÃO PAULO	PARANÁ			
	Arroz (30 Kg)	Feijão Preto (30 Kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 Kg)	Milho (60 Kg)
DEZ/00	20,69	19,08	434,03	15,03	10,30
DEZ/01	28,00	49,95	496,42	17,80	11,78
DEZ/02	38,00	48,47	745,55	34,94	24,37
DEZ/03	52,36	43,16	756,77	28,58	17,73
DEZ/04	33,78	48,65	522,76	21,26	15,00
DEZ/05	30,00	60,01	513,04	21,96	14,26
DEZ/06	34,01	33,47	506,57	29,23	19,44
DEZ/07	43,67	72,29	682,33	34,35	28,69
DEZ/08	52,54	85,72	736,91	28,50	17,93
DEZ/09	48,34	44,14	740,11	27,50	17,66
DEZ/10	54,40	56,57	734,82	27,40	22,69
DEZ/11	44,28	52,75	584,62	26,43	23,20
DEZ/12	65,00	80,81	1.239,97	41,50	31,00
DEZ/13	59,51	92,71	1.298,74	47,27	22,54
DEZ/14	60,00	78,69	1.174,61	34,32	24,95
DEZ/15	62,10	87,64	1314,07	43,30	29,39
DEZ/16	...	147,81	1212,32	37,62	34,81
JAN/17	...	125,18	1153,42	37,19	32,92
FEV/17	...	106,44	1.138,59	36,14	30,25
MAR/17	...	104,81	1.063,18	35,70	27,89
ABR/17	...	96,55	1.012,31	36,25	25,67
MAI/17	59,60	101,82	1.015,39	36,57	25,61
JUN/17	60,40	111,60	1.018,95	37,46	24,36
JUL/17	61,48	99,96	1.087,77	38,73	22,84
AGO/17	66,48	92,36	1.014,63	40,70	22,39
SET/17	64,44	92,02	1.017,38	36,87	24,68
OUT/17	82,26	92,86	1.068,59	35,95	26,08
NOV/17	82,86	85,59	1.077,22	37,79	27,27
DEZ/17	79,60	81,72	1.162,92	38,74	27,86
JAN/18	72,47	79,72	1.163,73	39,32	28,30
FEV/18	65,42	89,02	1.263,78	39,07	29,23
MAR/18	65,53	88,21	1.326,18	42,40	36,45
ABR/18	69,32	87,22	1.413,59	47,15	37,65
MAI/18	68,39	90,88	1.490,00	54,95	38,94
JUN/18	71,34	86,51	1.450,92	62,88	38,47
JUL/18	77,98	86,32	1.432,98	59,95	35,43
AGO/18	78,46	87,63	1.435,45	56,84	36,87
SET/18	79,86	93,58	1467,24	52,91	37,58
OUT/18	80,93	92,15	1.417,65	49,11	33,81
NOV/18	80,40	92,31	1.371,70	49,91	33,57
DEZ/18	79,41	92,62	1.338,85	51,09	33,97
JAN/19	80,77	106,22	1.306,58	54,19	35,27
FEV/19	82,74	127,20	1.254,75	53,99	35,88
MAR/19	81,88	118,35	1.264,08	55,20	35,46
ABR/19	82,12	109,08	1.290,06	52,31	32,93

FONTE: IPEA; CONAB; IEA-SP; SEAB-PR.

NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha.

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837(1)	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848(3)	Índice Ibovespa 7845	Emissão Primária de Debêntures (R\$ milhões) 7841	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 (3)	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 (4)
DEZ/07	912.869	1.764.961	63.886	1.068	13.265	2.652
DEZ/08	917.297	1.087.640	37.550	0	8.776	1.577
DEZ/09	1.086.267	1.739.615	68.588	2.720	10.428	2.269
DEZ/10	1.286.654	2.070.752	69.304	2.025	11.578	2.653
DEZ/11	1.501.728	1.833.723	56.754	220	12.218	2.605
DEZ/12	1.786.186	1.961.800	60.952	850	13.104	3.020
DEZ/13	1.939.384	1.889.777	51.507	300	16.577	4.177
DEZ/14	2.156.887	1.824.499	50.007	0	17.823	4.736
DEZ/15	2.472.963	1.591.222	43.349	1.185	17.425	5.007
JAN/16	2.522.931	1.506.705	40.405	0	16.466	4.614
FEV/16	2.553.705	1.560.784	42.793	0	16.517	4.558
MAR/16	2.599.654	1.795.296	50.055	20.000	17.685	4.870
ABR/16	2.635.683	1.917.723	53.910	0	17.831	4.775
MAI/16	2.670.626	1.740.045	48.471	0	17.787	4.948
JUN/16	2.690.456	1.821.192	51.526	0	17.930	4.843
JUL/16	2.738.202	2.004.423	57.308	0	18.432	5.162
AGO/16	2.795.674	2.029.117	57.901	0	18.401	5.213
SET/16	2.820.714	2.044.580	58.367	0	18.308	5.312
OUT/16	2.860.310	2.234.166	64.924	878	18.142	5.190
NOV/16	2.887.156	2.134.704	61.906	0	19.124	5.324
DEZ/16	2.953.369	2.078.361	60.227	975	19.763	5.383
JAN/17	3.035.796	2.239.112	64.670	0	19.864	5.615
FEV/17	3.088.727	2.324.811	66.662	0	20.822	5.825
MAR/17	3.158.822	2.245.686	64.984	300	20.663	5.912
ABR/17	3.169.398	2.243.197	65.403	432	20.941	6.048
MAI/17	3.203.771	2.159.216	62.711	0	21.009	6.199
JUN/17	3.243.842	2.149.502	62.899	0	21.350	6.144
JUL/17	3.310.407	2.249.025	65.920	1.091	21.891	6.348
AGO/17	3.386.195	2.400.515	70.835	0	21.948	6.429
SET/17	3.426.878	2.517.247	74.293	0	22.405	6.453
OUT/17	3.468.644	2.538.691	74.308	4.537	23.377	6.728
NOV/17	3.460.553	2.454.073	71.970	0	24.272	6.874
DEZ/17	3.462.583	2.575.884	76.402	0	24.719	6.903
JAN/18	3.526.747	2.916.247	84.912	0	26.149	7.411
FEV/18	3.550.673	2.928.154	85.353	268	25.029	7.273
MAR/18	3.584.745	2.965.390	85.365	0	24.103	7.063
ABR/18	3.610.305	2.961.895	86.115	529	24.163	7.066
MAI/18	3.620.983	2.663.411	76.753	0	24.668	7.462
JUN/18	3.622.332	2.510.860	72.762	0	24.271	7.510
JUL/18	3.655.902	2.733.333	79.220	1.207	25.415	7.672
AGO/18	3.697.483	2.639.313	76.677	0	25.965	8.110
SET/18	3.728.770	2.671.198	79.342	0	26.458	8.046
OUT/18	3.771.919	2.916.773	87.423	700	25.116	7.306
NOV/18	3.772.958	2.977.960	89.504	0	25.538	7.331
DEZ/18	3.809.240	2.894.364	87.887	0	23.327	6.635
JAN/19	3.859.708	3.218.298	97.393	0	25.000	7.282
FEV/19	3.873.544	3.136.722	95.584	3.600	25.916	7.533
MAR/19	3.915.659	3.114.470	95.414	600	25.929	7.729

FONTES: (1) BANCO CENTRAL DO BRASIL, (2) BOVESPA (ÍNDICE DE FECHAMENTO DO ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS), (3) DOW JONES, (4) NASDAQ
 NOTA: para os anos de 2007 a 2014, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano. Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1997 - 2019
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB
1997	4.849.631.130	0,00	3.286.435.601	0,00	1.546.619
1998	4.217.015.109	-13,04	4.037.993.209	22,87	170.406
1999	3.930.561.564	-6,79	3.686.335.922	-8,71	233.169
2000	4.379.503.505	11,42	4.679.233.086	26,93	-299.729.581
2001	5.312.332.713	21,30	4.897.792.513	4,67	414.540.200
2002	5.694.804.727	7,20	3.316.953.439	-32,28	2.377.851.288
2003	7.151.159.118	25,57	3.484.908.970	5,06	3.666.250.148
2004	9.389.420.770	31,30	4.019.935.825	15,35	5.369.484.945
2005	10.015.182.847	6,66	4.516.231.442	12,35	5.498.951.405
2006	9.995.494.251	-0,20	5.966.627.723	32,12	4.028.866.528
2007	2.328.950.313	23,35	9.014.788.594	51,09	3.314.161.719
2008	15.215.715.407	23,41	14.551.915.577	61,42	663.799.830
2009	11.196.293.394	-26,42	9.581.197.028	-34,16	1.615.096.366
2010	14.138.446.875	26,28	13.896.179.543	45,04	242.267.332
2011	17.360.038.340	22,79	18.730.595.657	34,79	-1.370.557.317
2012	17.670.729.653	1,79	19.386.402.825	3,50	-1.715.673.172
2013	18.209.358.888	3,05	19.323.866.589	-0,32	-1.114.507.701
2014	16.309.278.456	-10,43	17.280.528.871	-10,57	-971.250.415
2015	14.905.716.333	-8,61	12.441.616.141	-28,00	2.464.100.192
2016	15.169.664.013	1,77	11.091.546.509	-10,85	4.078.117.504
2017	18.078.720.982	19,18	11.516.626.302	3,83	6.563.848.374
2018	20.040.889.000	10,85	2.370.168.000	7,41	7.670.721.000
MAR/2019	3.442.774.365	-10,96%	2.949.522.312	8,58%	493.252.053

FONTE: MDIC/SECEX

BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1997 - 2019
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)	
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%
1997	52.947.495.532	0,00	59.484.840.278	0,00	1.546.619	0,00
1998	51.076.603.549	-3,53	57.596.907.511	-3,17	170.406	-0,26
1999	47.945.909.310	-6,13	49.181.644.327	-14,61	233.169	-81,05
2000	55.018.346.483	14,75	55.891.118.709	13,64	-872.772.226	-29,37
2001	58.128.223.219	5,65	55.444.566.162	-0,80	2.683.657.057	-407,49
2002	60.290.491.129	3,72	47.140.165.638	-14,98	13.150.325.491	390,02
2003	72.975.027.454	21,04	48.269.929.600	2,40	24.705.097.854	87,87
2004	96.332.184.410	32,01	62.744.505.513	29,99	33.587.678.897	35,95
2005	118.692.856.544	23,21	73.468.391.463	17,09	45.224.465.081	34,65
2006	137.708.096.759	16,02	91.192.855.350	24,13	46.515.241.409	2,85
2007	160.521.882.755	16,57	120.475.382.973	32,11	40.046.499.782	-13,91
2008	197.778.858.085	23,21	173.118.588.785	43,70	24.660.269.300	-38,42
2009	152.910.580.383	-22,69	127.812.153.899	-26,17	25.098.426.484	1,78
2010	201.788.337.035	31,96	181.774.969.378	42,22	20.013.367.657	-20,26
2011	255.936.306.857	26,83	226.244.222.128	24,46	29.692.084.729	48,36
2012	242.277.307.190	-5,34	223.366.721.023	-1,27	18.910.586.167	-36,31
2013	241.967.561.759	-0,13	239.681.231.635	7,30	2.286.330.124	-87,91

2014	224.974.401.228	-7,02	229.127.843.314	-4,40	-4.153.442.086	-281,66
2015	190.971.087.339	-15,11	171.458.999.759	-25,17	19.512.087.580	-569,78
2016	185.232.116.301	-3,01	137.585.830.976	-19,76	47.646.285.325	144,19
2017	217.739.218.466	17,55	150.749.494.421	9,57	66.989.724.045	40,60
2018	239.889.170.206	10,17	181.230.568.862	20,22	58.658.601.344	-12,44
MAR/2019	52.653.796.645	-3,68%	42.138.228.467	-0,67%	10.515.568.178	-14,11%

FONTE: DIC/SECEX

OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS - (Complexo soja e trigo) SAFRAS 2012/2019 (Mil toneladas)

PRODUTO	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em pluma	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	883,5	748,6	438,5
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.289,2	27,0	1.665,3	660,0	804,0	201,3
	2016/17	201,3	1.529,5	33,6	1.764,4	685,0	834,1	245,3
	2017/18	566,1	2.202,4	10,0	2.778,5	750,0	1.330,0	698,5
	2018/19	665,1	2.647,4	5,0	3.317,5	720,0	1.650,0	947,5
Arroz em casca	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	807,2	14.010,9	11.954,3	1.188,4	868,2
	2014/15	868,2	12.448,6	503,3	13.820,1	11.495,1	1.362,1	962,9
	2015/16	962,9	10.603,0	1.187,4	12.753,3	11.428,8	893,7	430,8
	2016/17	430,8	12.327,8	1.042,0	13.800,6	12.024,3	1.064,7	711,6
	2017/18	625,8	11.449,9	1.200,0	13.275,7	11.900,0	800,0	575,7
	2018/19	671,8	10.653,8	1.300,0	12.625,6	11.200,0	900,0	525,6
Feijão	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.210,2	156,7	3.670,7	3.350,0	122,6	198,1
	2015/16	198,1	2.512,9	325,0	3.036,0	2.800,0	50,0	186,0
	2016/17	186,0	3.399,5	137,6	3.723,1	3.300,0	120,5	302,6
	2017/18	178,6	3.170,6	130,0	3.479,2	3.200,0	120,0	159,2
	2018/19	287,4	3.130,3	130,0	3.547,7	3.100,0	140,0	307,7
Milho	2012/13	4.005,4	81.505,7	911,4	86.422,5	53.263,8	26.174,1	6.984,6
	2013/14	6.984,6	80.051,7	790,7	87.827,0	54.503,1	20.924,8	12.399,1
	2014/15	12.399,1	84.672,4	316,1	97.387,6	56.611,1	30.172,3	10.604,2
	2015/16	10.604,2	66.530,6	3.338,1	80.472,9	54.639,8	18.883,2	6.949,9
	2016/17	6.617,3	97.842,8	953,6	105.413,7	57.330,5	30.836,7	17.246,5
	2017/18	13.287,7	90.409,2	400,0	104.096,9	62.500,0	31.000,0	10.596,9
	2018/19	14.246,0	94.008,5	500,0	108.754,5	62.500,0	31.000,0	15.254,5
Soja em grãos	2012/13	447,9	81.499,4	282,8	82.230,1	38.694,3	42.791,9	743,9
	2013/14	743,9	86.120,8	578,7	87.443,5	40.200,0	45.692,0	1.551,5
	2014/15	1.551,5	96.228,0	324,1	98.103,6	42.850,0	54.324,2	929,4
	2015/16	929,4	95.434,6	400,0	96.764,0	43.700,0	51.581,9	1.482,1
	2016/17	1.482,1	114.075,3	300,0	115.857,4	46.100,0	68.154,6	1.602,8
	2017/18	670,3	118.238,6	400,0	119.308,9	43.500,0	75.000,0	808,9
	2018/19	746,3	113.823,4	400,0	114.969,7	44.000,0	70.000,0	969,7
Farelo de Soja	2012/13	867,6	27.258,0	3,9	28.129,5	14.350,0	13.333,5	446,0
	2013/14	446,0	28.336,0	1,0	28.783,0	14.799,3	13.716,3	267,4
	2014/15	267,4	30.492,0	1,1	30.760,5	15.100,0	14.826,7	833,8
	2015/16	833,8	30.954,0	0,8	31.788,6	15.500,0	14.443,8	1.844,8
	2016/17	1.844,8	32.186,0	1,0	34.031,8	17.000,0	14.177,1	2.854,7
	2017/18	911,3	31.185,0	2,0	32.098,3	17.000,0	14.000,0	1.098,3
	2018/19	1.441,5	32.340,0	1,0	33.782,5	17.200,0	15.000,0	1.582,5
Óleo de soja	2012/13	650,5	6.903,0	5,0	7.558,5	5.556,3	1.362,5	639,7
	2013/14	639,7	7.176,0	0,1	7.815,8	5.930,8	1.305,1	579,9
	2014/15	579,9	7.722,0	25,3	8.327,2	6.359,2	1.669,9	298,1
	2015/16	298,1	7.839,0	66,1	8.203,2	6.380,0	1.254,2	569,0
	2016/17	569,0	8.151,0	40,0	8.760,0	6.800,0	1.342,5	617,5
	2017/18	218,1	7.897,5	41,0	8.156,6	6.700,0	1.100,0	356,6
	2018/19	424,3	8.190,0	40,0	8.654,3	7.200,0	1.050,0	404,3

Trigo	2012	1.956,1	4.379,5	7.010,2	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	6.642,4	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	1.174,6	5.534,9	5.517,6	12.227,1	10.367,3	1.050,5	809,3
	2016	809,3	6.726,8	7.088,5	14.624,6	11.517,7	576,8	2.530,1
	2017	2.530,1	4.263,5	6.200,0	12.993,6	11.287,4	210,0	1.496,2
	2018	1.331,8	5.631,0	7.200,0	14.162,8	12.481,4	300,0	1.381,4

Fonte: CONAB – 4º levantamento, abril 2019. (Disponível em: www.conab.gov.br)
Estoque de Passagem - Algodão, Feijão e Soja: 31 de Dezembro - Arroz 28 de Fevereiro - Milho 31 de Janeiro - Trigo 31 de Julho

PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES – 1989-2019
(Mil toneladas e mil hectares)

Ano	Brasil			Maiores Estados Produtores									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
			(Kg/ha)	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740										
1990/1991	15.395	9.743	1.580	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874
2003/2004	49.793	21.376	2.329	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	95.434	33.251	2.870	26.031	9.140	16.845	5.451	10.250	3.285	7.241	2.430	4.731	1.469
2016/2017	114.075	33.909	3.364	30.514	9.323	19.586	5.250	10.819	3.279	8.576	2.522	5.067	1.456
2017/2018	119.281	35.149	3.394	32.306	9.519	19.170	5.465	11.786	3.387	9.600	2.672	5.545	1.508
2018/2019	113.823	35.775	3.182	32.134	9.700	16.372	5.438	11.269	3.478	8.336	2.816	5.074	1.575

Fonte: CONAB – 4º levantamento, abril 2019. (Disponível em: www.conab.gov.br)

Nota: Estimativa em abril/2019.

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2005-2018

PAÍSES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Mundo	4,9	5,5	5,6	3	-0,1	5,4	4,3	3,5	3,5	3,6	3,5	3,3	3,7	3,7
África do Sul	5,3	5,6	5,4	3,2	-1,5	3	3,3	2,2	2,5	1,8	1,3	0,6	1,3	0,8
Alemanha	0,9	3,9	3,4	0,8	-5,6	3,9	3,7	0,7	0,6	2,2	1,5	2,2	2,5	1,9
Argentina	8,9	8	9	4,1	-5,9	10,1	6	-1	2,4	-2,5	2,7	-1,8	2,9	-2,6
Bolívia	4,4	4,8	4,6	6,1	3,4	4,1	5,2	5,1	6,8	5,5	4,9	4,3	4,2	4,3
Brasil	3,2	4	6,1	5,1	-0,1	7,5	4	1,9	3	0,5	-3,5	-3,3	1,1	1,1
Canadá	3,2	2,6	2,1	1	-2,9	3,1	3,1	1,7	2,5	2,9	1	1,4	3	2,1
Chile	5,7	6,3	4,9	3,6	-1,6	5,8	6,1	5,3	4,1	1,8	2,3	1,3	1,5	4
China	11,3	12,7	14,2	9,6	9,2	10,6	9,5	7,9	7,8	7,3	6,9	6,7	6,9	6,6
Colômbia	4,7	6,8	6,8	3,3	1,2	4,3	7,4	3,9	4,6	4,7	3	2	1,8	2,8
Coréia do sul	3,9	5,2	5,5	2,8	0,7	6,5	3,7	2,3	2,9	3,3	2,8	2,9	3,1	2,8
Equador	5,3	4,4	2,2	6,4	0,6	3,5	7,9	5,6	4,9	3,8	0,1	-1,2	2,4	1,1
Estados Unidos	3,5	2,9	1,9	-0,1	-2,5	2,6	1,6	2,2	1,8	2,5	2,9	1,6	2,2	2,9
França	1,7	2,4	2,4	0,3	-2,9	1,9	2,2	0,3	0,6	1	1	1,1	2,3	1,6
Índia	9,3	9,3	9,8	3,9	8,5	10,3	6,6	5,5	6,4	7,4	8,2	7,1	6,7	7,3
Indonésia	5,7	5,5	6,3	7,4	4,7	6,4	6,2	6	5,6	5	4,9	5	5,1	5,1
Itália	0,9	2	1,5	-1,1	-5,5	1,7	0,6	-2,8	-1,7	0,1	1	0,9	1,5	1,2
Japão	1,7	1,4	1,7	-1,1	-5,4	4,2	-0,1	1,5	2	0,4	1,4	1	1,7	1,1
México	2,3	4,5	2,3	1,1	-5,3	5,1	3,7	3,6	1,4	2,8	3,3	2,9	2	2,2
Paraguai	2,1	4,8	5,4	6,4	-0,3	11,1	4,2	-0,5	8,4	4,9	3,1	4,3	4,8	4,4
Peru	9	7,1	5	0,8	-4,7	8,5	11,1	4,8	8,5	5,2	6,1	3,2	7,4	3,5
Reino Unido	3,1	2,5	2,5	-0,3	-4,2	1,7	1,6	1,4	2	2,9	2,3	1,8	1,7	1,4
Rússia	6,4	8,2	8,5	5,2	-7,8	4,5	5,1	3,7	1,8	0,7	-2,5	-0,2	1,5	1,7
Tailândia	4,2	5	5,4	1,7	-0,7	7,5	0,8	7,2	2,7	1	3	3,3	3,9	4,6
Uruguai	6,8	4,1	6,5	7,2	4,2	7,8	5,2	3,5	4,6	3,2	0,4	1,7	2,7	2
Venezuela	10,3	9,9	8,8	5,3	-3,2	-1,5	4,2	5,6	1,3	-3,9	-6,2	-16,5	-14	-18

FONTES: Fundo Monetário Internacional, International Financial Statistics IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS (PREÇOS AO CONSUMIDOR) 2005-2018

PAÍSES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Mundo	4,1	4,1	4,3	6,3	2,7	3,7	5,0	4,1	3,7	3,2	2,8	3,0	3,9	3,8
África do Sul	3,4	4,6	7,2	11,0	7,1	4,3	5,0	5,6	5,8	6,1	4,6	6,3	5,3	4,5
Alemanha	1,9	1,8	2,3	2,8	0,2	1,1	2,5	2,1	1,6	0,8	0,1	0,4	1,7	1,4
Argentina	9,6	10,9	8,8	8,6	6,3	10,5	9,8	10,0	10,6	0,8	0,1	0,4	25,7	47,1
Bolívia	5,4	4,3	6,7	14,0	3,3	2,5	9,9	4,5	5,7	5,8	4,1	3,6	2,8	1,51
Brasil	6,9	4,2	3,6	5,7	4,9	5,0	6,6	5,4	6,2	6,3	9,0	8,7	3,4	3,7
Canadá	2,2	2,0	2,1	2,4	0,3	1,8	2,9	1,5	0,9	1,9	1,1	1,4	1,6	2,0
Chile	3,1	3,4	4,4	8,7	1,5	1,4	3,3	3,0	1,9	4,4	4,3	3,8	2,2	2,6
China	1,8	1,5	4,8	5,9	-0,7	3,3	5,4	2,6	2,6	2,0	1,4	2,0	1,5	1,9
Colômbia	5,1	4,3	5,5	7,0	4,2	2,3	3,4	3,2	2,0	2,9	5,0	7,5	4,3	3,1
Coréia do Sul	2,2	2,5	4,7	2,8	2,9	4,0	2,2	1,3	1,3	0,7	1,0	2,8	...	1,3
Equador	2,2	3,3	2,3	8,4	5,2	3,6	4,5	5,1	2,7	3,6	4,0	1,7	0,4	0,2
Estados Unidos	3,4	3,2	2,9	3,8	-0,3	1,6	3,1	2,1	1,5	1,6	0,1	1,3	2,1	1,9
França	1,9	1,9	1,6	3,2	0,1	1,7	2,3	2,2	1,0	0,6	0,1	0,3	1,0	1,2
Índia	4,4	6,7	6,2	9,1	10,6	9,5	9,5	10,0	9,4	5,8	4,9	4,5	3,3	2,1
Indonésia	10,5	13,1	6,7	9,8	5,0	5,1	5,3	4,0	6,4	6,4	6,4	3,5	3,8	2,8
Itália	2,2	2,2	2,0	3,5	0,8	1,6	2,9	3,3	1,2	0,2	0,1	-0,1	1,2	0,9
Japão	-0,3	0,3	0,1	1,4	-1,3	-0,7	-0,3	-0,1	0,3	2,8	0,8	-0,1	0,5	0,3
México	4,0	3,6	4,0	5,1	5,3	4,2	3,4	4,1	3,8	4,0	2,7	2,8	6,0	4,8
Paraguai	6,8	9,6	8,1	10,2	2,6	4,7	8,3	3,7	2,7	5,0	3,1	4,1	3,6	3,2
Peru	1,6	2,0	1,8	5,8	2,9	1,5	3,4	3,7	2,8	3,2	3,5	3,6	2,8	2,1
Reino Unido	2,1	2,3	2,3	3,6	2,2	3,3	4,5	2,8	2,6	1,5	0,0	0,7	2,6	2,1
Rússia	12,7	9,7	9,0	14,1	11,7	6,9	8,4	5,1	6,8	7,8	15,5	7,0	3,7	4,3
Tailândia	4,5	4,7	2,2	5,5	-0,8	3,3	3,8	3,0	2,2	1,9	-0,9	0,2	0,7	0,3
Uruguai	4,7	6,4	8,1	7,9	7,1	6,7	8,1	8,1	8,6	8,9	8,7	9,6	6,2	7,4
Venezuela	16,0	13,7	18,7	31,4	26,0	28,2	26,1	21,1	43,5	57,3	111,8	254,4	1087,5	1.698.488

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*
Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

Equipe Técnica



Carlos Ilton Cleto

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Gilmar Mendes Lourenço

Economista, mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Rafael Polay Alcântara

Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da FAE.